

esec

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO



INSTITUTO POLITÉCNICO  
DE COIMBRA

Paulo Alexandre da Silva Raposeiro

## O Património Natural como Recurso Endógeno: o Caso da Freguesia da Tocha

Dissertação de Mestrado em Educação de Adultos e Desenvolvimento Local,  
apresentada ao Departamento de Educação da Escola Superior de Educação de  
Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Constituição do júri

Presidente: Prof<sup>a</sup>. Doutora Maria de Fátima Neves

Arguente: Prof<sup>a</sup>. Doutora Filomena Teixeira

Orientador: Prof. Doutor Nuno Carvalho

Data da realização da Prova Pública: 4 de novembro de 2015

Classificação: Muito Bom (17 valores)



## **Agradecimentos**

Agradeço a todos os que de alguma forma caminharam comigo neste longo e gratificante percurso de aprendizagem.

Agradeço ao meu orientador de dissertação, Professor Doutor Nuno Carvalho, ter aceite essa função, ter-me proporcionado as melhores condições para o desenvolvimento das minhas ideias em liberdade e responsabilidade. Agradeço-lhe a sua disponibilidade infinita, a sua paciência e confiança.

Aos amigos mais próximos nesta fase, Andreia, Paula e Heitor.

Agradeço muito a toda a minha família, a força que me dedicou. Pai e Mãe, sem os quais não estaria aqui. Sónia, a minha irmã preferida. Aos meus sobrinhos.

Palavras finais para a minha querida esposa Paula e para meu filho João. Vocês são tudo para mim.



## **O Património Natural como Recurso Endógeno: O Caso da Freguesia da Tocha**

### **Resumo**

O presente estudo, denominado “O Património Natural como Recurso Endógeno: O Caso da Freguesia da Tocha”, tem como objetivos, identificar o património natural da Freguesia da Tocha e perceber se o património natural da freguesia da Tocha está a ser aproveitado em termos de desenvolvimento local sustentável.

Em termos de enquadramento teórico desenvolveram-se as temáticas do Património Natural e Conservação da Natureza, Desenvolvimento Local Sustentável e Turismo de Natureza e Ecoturismo.

Do ponto de vista metodológico usou-se uma metodologia qualitativa, que assentou em pesquisa bibliográfica e documental e na realização de entrevistas semi-estruturadas aos presidentes da Câmara Municipal de Cantanhede e da Junta de Freguesia da Tocha.

Em termos de resultados concluímos que o património natural da freguesia da Tocha é valioso e tem potencialidades, podendo como tal constituir-se como recurso endógeno do desenvolvimento local sustentável da localidade.

Recomendamos que seja delineada uma estratégia que conduza ao aproveitamento do património natural, no sentido da sua conservação, e valorização, visto que ela não existe.

**Palavras-Chave:** Desenvolvimento Local Sustentável, Património Natural, Conservação da Natureza.

## **O Património Natural como Recurso Endógeno: O Caso da Freguesia da Tocha**

### **Abstract**

This study, called "The Natural Heritage as Endogenous Resource: The Case of the Tocha Town", aims to identify the natural heritage of the Tocha Parish and realize the natural heritage of the parish Tocha is being taken advantage of in terms of sustainable local development.

In terms of theoretical framework evolved the themes of Nature and Nature Conservation, Sustainable Local Development and Nature Tourism and Ecotourism.

From a methodological point of view it used a qualitative methodology, which was based on bibliographical and documentary research and carrying out semi-structured interviews with the presidents of the Municipality of Cantanhede and Tocha Parish Council.

In terms of results we conclude that the natural heritage of the Tocha parish is valuable and has the potential, and can therefore be constituted as an endogenous resource to a local sustainable development of the locality.

We recommend that you outlined a strategy that will lead to the exploitation of the natural, towards its conservation and enhancement, as it does not exist.

**Keywords:** Sustainable Local Development, Natural Heritage, Conservation of Nature.

## Sumário

Introdução-----	1
<b>Capítulo 1 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO-----</b>	<b>3</b>
Desenvolvimento local sustentável _____	5
Conceito de desenvolvimento-----	5
Desenvolvimento Sustentável-----	10
Desenvolvimento Local Sustentável-----	13
Património Natural e Conservação da Natureza _____	18
Património Natural e Biodiversidade-----	18
Conservação da Natureza e Áreas Protegidas-----	20
Áreas Protegidas-----	24
Rede Natura 2000-----	28
O Turismo de Natureza e o Ecoturismo como instrumentos de desenvolvimento local sustentável _____	35
<b>Capítulo 2 - OBJETIVOS E METODOLOGIA-----</b>	<b>41</b>
Objetivos-----	43
Metodologia-----	44
<b>Capítulo 3 - CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO E DA FREGUESIA-----</b>	<b>47</b>
<b>Região Centro/ Distrito de Coimbra _____</b>	<b>49</b>
Concelho de Cantanhede _____	49
Historial do concelho-----	49
Enquadramento geográfico-----	50
Economia-----	51
Património-----	52

Freguesia da Tocha _____	53
Historial da freguesia-----	53
Enquadramento geográfico-----	57
Demografia e equipamentos sociais-----	58
Economia-----	59
Património-----	60
<b>Capítulo 4 - PATRIMÓNIO NATURAL DA FREGUESIA DA TOCHA-----</b>	
<b>65</b> Erro! Indicador não definido.	
Património Natural não Classificado _____	67
Património Natural Classificado _____	69
<b>Capítulo 5 - ANÁLISE DAS ENTREVISTAS-----</b>	<b>75</b>
Informação sobre o território-----	78
Conhecimento sobre o Património Natural-----	79
Uso e conservação do património natural-----	82
<b>CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES-----</b>	<b>87</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS-----</b>	<b>93</b>
<b>APÊNDICES-----</b>	<b>103</b>

## **Abreviaturas**

AEP- Associação Empresarial de Portugal

CETS – Carta Europeia de Turismo Sustentável

DL – Desenvolvimento Local

NUTS – Nomenclatura de Unidades Territoriais

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PC – Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede

PENT- Plano Estratégico Nacional do Turismo

PJF – Presidente da Junta de Freguesia da Tocha

PSRN – Plano Setorial da Rede Natura 2000

ZPE – Zona de Proteção Especial



## **Figuras**

Figura 1 – Procedimentos para a Criação da Rede Natura 2000

Figura 2 – Áreas Classificadas no Âmbito da Rede Natura 2000

Figura 3 – Mapa da Região Centro

Figura 4 – Mapa do Concelho de Cantanhede

Figura 5 – Símbolo da Vila da Tocha

Figura 6 – Localização da Vila da Tocha

Figura 7 – Casa Gandaresa

Figura 8 – Área da Freguesia da Tocha abrangida pela Rede Natura 2000



## **Introdução**

O desenvolvimento é um processo dinâmico definido como sinónimo de bem-estar e progresso, sendo por isso muito bem aceite e desejado pelas diferentes sociedades do mundo, assumindo, assim, um elevado grau de importância.

É depois da II Guerra Mundial que surge o conceito de desenvolvimento, então muito associado ao conceito de crescimento económico, o qual por sua vez estava associado ao bem estar das populações.

Contudo, por diversos motivos, o campo teórico que suporta o conceito de desenvolvimento tem sofrido grandes alterações, acompanhando as diversas mudanças que as sociedades têm vivido. Há muitas décadas que o conceito de desenvolvimento tem sido objecto de estudo por vários autores e tem gerado uma grande discussão na sua definição conceptual.

Só na década de 70 do século XX surge a preocupação com a questão ecológica e/ou ambiental do desenvolvimento. Compreende-se a importância que os lugares representam para o seu próprio desenvolvimento e também a importância da biodiversidade e da sua conservação. Os locais em perigo ou em risco de desaparecimento devem ser preservados, daí a criação de mecanismos políticos e legais que assegurem essa conservação, para que possa ser potenciado o desenvolvimento local sustentável.

Assim, falando especificamente sobre o património natural, notamos que este compreende áreas de particular importância na conservação da biodiversidade, na beleza das paisagens, enfim, áreas que transmitem à população a importância do ambiente natural. Para além de tudo isso, estes espaços de património natural, são cada vez mais considerados como fundamentais para a manutenção dos valores naturais e para a melhoria da qualidade de vida das populações, numa perspectiva de desenvolvimento local sustentável.

O presente trabalho estrutura-se em cinco capítulos que passamos a caracterizar de seguida.

O capítulo 1 intitula-se “Enquadramento Teórico” e nele são desenvolvidos os temas que orientam o estudo, dando especial destaque aos modelos teóricos que integram os conceitos centrais. São abordadas as temáticas do Património Natural e Conservação da Natureza, o Desenvolvimento Local Sustentável e o Turismo de Natureza e Ecoturismo.

O capítulo 2, “Objetivos e Metodologia”, apresenta os objetivos e os passos dados, em termos metodológicos. Trat-se de um estudo baseado numa metodologia qualitativa suportado na pesquisa bibliográfica e análise documental e em entrevistas semi-estruturadas.

No capítulo 3, apresenta-se o contexto empírico da investigação no qual se faz a “Caracterização do Concelho de Cantanhede e da Freguesia da Tocha”, ou seja, o território em estudo.

O capítulo 4, denominado “Património Natural da Freguesia da Tocha”, identifica o património Natural deste território, o qual se constitui como o elemento central do presente estudo.

No capítulo 5 “Análise das entrevistas”, procedeu-se a uma análise de conteúdo do que foi recolhido nas entrevistas semi-estruturadas realizadas aos presidentes da Câmara Municipal de Cantanhede e da Junta de Freguesia da Tocha.

Para finalizar, apresentam-se um conjunto de “Conclusões e Recomendações” que sintetizam os resultados obtidos na investigação.

## **CAPÍTULO 1 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO**



## **Desenvolvimento local sustentável**

### **Conceito de desenvolvimento**

O conceito de desenvolvimento surge no final da 2ª guerra mundial e começou por ser utilizado num contexto de crescimento económico, de bem-estar, progresso e realização, marcando grandemente as sociedades contemporâneas. Nesta abrangência é ignorada a dimensão humana e o seu papel enquanto impulsionadora desse desenvolvimento (Amaro, 2001). Segundo Sachs, o conceito de desenvolvimento ficou empobrecido quando reduzido a crescimento económico, “um simples crescimento da renda *per capita* nas áreas economicamente subdesenvolvidas.” (Sachs, 2000, p.66). Na visão de Reis (1998a) crescimento económico é um passo importante mas não suficiente para o desenvolvimento.

Com o “boom” industrial dos anos 50 do século XX, a sociedade acompanhou um crescimento económico e tecnológico que se traduziria num eventual desenvolvimento, não fossem as desigualdades sociais que rapidamente se evidenciaram como consequência desse mesmo dito desenvolvimento. O facto é que muitos grupos sociais viram piorar as suas condições de vida enquanto outros beneficiavam das alterações ocorrentes e cresciam consideravelmente, verificando-se desse modo crescentes desigualdades sociais (Sachs, 2000). Outra das consequências evidentes desse desenvolvimento científico e tecnológico prende-se com o factor ambiental. A utilização massiva dos recursos ambientais, sem qualquer controlo na sua reposição, conduzia a um desenvolvimento ecologicamente insustentável. (Loureiro, 2000).

No entanto, se por um lado começou a reconhecer-se que o crescimento económico tinha consequências negativas para o ambiente, por outro lado as despesas com a protecção ambiental eram vistas como improdutivas e logicamente a evitar, tornando-se necessário o estabelecimento de prioridades (Chaves, 1994).

Perante a realidade de um crescimento económico das sociedades que apresentaram um maior domínio industrial, surge a tentativa de difundir esse crescimento de igual

forma pelas sociedades menos desenvolvidas, ignorando as características próprias dos vários grupos, das diferentes interações que estabelecem entre si, dos diferentes recursos existentes entre cada região e da própria identidade sociocultural, definindo-se um modelo de desenvolvimento funcionalista. O objectivo era aumentar a produção e conseqüentemente gerar crescimento económico nos países pobres, seguindo o exemplo dos países mais ricos (Amaro, 2001; Chaves, 1994). Segundo Veiga, 2005, poder-se-à falar num desenvolvimento exógeno de natureza essencialmente económica e tecnológica.

Trata-se de uma visão assente no denominado paradigma funcionalista. Segundo o paradigma funcionalista, o processo de desenvolvimento é inicialmente desencadeado em determinados sectores da actividade económica (os mais dinâmicos e tecnologicamente mais avançados), a partir de uma área geográfica específica (pólos de desenvolvimento ou crescimento), e difunde-se com o decorrer do tempo a outros sectores e a todo o território. Ou seja, de acordo com este paradigma, o desenvolvimento não surge espacialmente distribuído de forma igual, pelo contrário, apresenta grandes desequilíbrios territoriais. A par dos factores naturais e históricos, os efeitos da política económica são também determinantes na concentração das actividades económicas em determinados locais, podendo funcionar como um factor adicional no processo de concentração espacial ou, pelo contrário, como um elemento de compensação, induzindo alguns processos de reequilíbrio territorial. A localização espacial condiciona o desenvolvimento, pois os investidores procuram espaços que lhes permitam diminuir os custos de produção.

Mergulhão, (1997), refere que nesta perspectiva, o primeiro objetivo do desenvolvimento é encontrar um local que favoreça o crescimento económico. Se assim já existiam grandes problemas para o desenvolvimento das regiões do interior, agravaram-se com a adopção do modelo fordista de funcionamento das economias.

Reis, (2012), remete-nos para o facto do paradigma funcionalista ser de base económica, isto é, dá ênfase ao desenvolvimento urbano-industrial, à utilização de tecnologias avançadas, ao máximo aproveitamento das economias externas e de escala, aos grandes projectos de investimento, ao aumento das escalas das

organizações públicas e privadas de maneira a permitir a transmissão do desenvolvimento, para mecanismos redistributivos de grande escala e para a redução das barreiras económicas, sociais, culturais, políticas e institucionais que possam bloquear a transmissão dos efeitos entre as diferentes unidades.

Durante décadas defendeu-se que o desenvolvimento era sinónimo de industrialização e urbanização. Pelo facto das grandes cidades terem sido os locais privilegiados para a localização das actividades económico-industriais, estas, permitiram que se tornassem grandes pólos de atracção populacional provocando o abandono de várias localidades, nomeadamente rurais, por parte da população e, conseqüentemente, o abandono da sua história, usos, costumes e modos de vida na perspectiva de atingirem níveis de vida considerados superiores. Assiste-se, então, ao abandono e à marginalização do mundo rural.

A partir da década de 70 do século passado, este modelo de desenvolvimento evidenciou-se como um fracasso e acabou por ser desacreditado, o que levou a uma nova reflexão sobre o conceito (Amaro, 2001; Veiga, 2005). Verificando-se a incapacidade do crescimento económico na satisfação das necessidades básicas das populações envolvidas nos processos de desenvolvimento e a resultados como a gradual e irreversível degradação do ambiente, a marginalização de grupos sociais e o problema do mal-estar na abundância, conduz a uma crise do paradigma funcionalista e ao surgimento de um novo paradigma, o paradigma territorialista. A participação das pessoas revela-se como condição para o sucesso das políticas definidas (Mergulhão, 1997, pp.148-149).

O paradigma territorialista caracteriza-se pela ideia de que para promover o desenvolvimento é indispensável a mobilização do potencial endógeno das diferentes regiões. Este potencial endógeno abrange um leque muito variado de elementos tais como a integração e mobilização (formal e informal) da população e das estruturas sociais e políticas de cada território, as sinergias geradas pela cooperação social desses diferentes actores sociais, a partilha de práticas sociais vividas historicamente no processo de construção da territorialidade ou a existência de comportamentos inovadores. Neste paradigma são também extremamente relevantes os conceitos de

local e lugares. Os lugares aparecem como micro-territórios ou sistemas territoriais em pequena escala, ligados em rede e ao mesmo tempo inseridos em diferentes escalas geográficas. Essa inserção em diferentes escalas e o vasto leque de relações daí decorrentes cria uma complexa situação em que os lugares são influenciados pela necessidade de haver uma articulação directa entre o global e o local.

Finalmente, o local pode ser compreendido através de suas várias dimensões: local (substrato físico e simbólico concretamente delimitado como expressão do espaço de interações), espacial (meio de interações sociais mediadas pelas relações com a natureza e fruto de evolução histórica e cultural colectiva), identidade (sentimento de pertença à comunidade e ao lugar) e política (relações de poder e formas de regulação) (Hadjimichalis, 1994).

De acordo com o paradigma territorialista, o desenvolvimento, de e em cada território, depende da constante capacidade colectiva para cooperar, criar, aperfeiçoar e incorporar o novo, otimizando energias e recursos internos (naturais, humanos e institucionais), combinando-os com recursos externos, gerando inteligentemente novas situações de manutenção da dinâmica do sistema social, político, económico e ambiental. Trata-se, portanto de uma forma de desenvolvimento que procura transformar cada ser em sujeito e objecto de sua própria história.

A política económica baseia-se numa teoria que propõe que o crescimento não tem que ser necessariamente polarizado, mas que pode ser difuso e propõe-se desenvolver um território, utilizando o potencial existente nele próprio. Deste modo, gradualmente, foi-se abandonando a política regional tradicional, assente numa estratégia de “cima para baixo”, um modelo de crescimento concentrado e orientado para a redistribuição espacial das actividades económicas, utilizando, para tal, recursos exteriores à áreas assistida, foi sendo progressivamente substituído, como refere Vasquez-Barquero (1995), por uma orientação de “baixo para cima”, que procura ultrapassar os desequilíbrios regionais através do apelo não só a factores externos mas, também, aos recursos próprios dos territórios.

O ponto de partida dos territorialistas é a crítica de uma perspectiva do desenvolvimento que assenta na maximização das oportunidades económicas,

entendidas como sendo exteriores às estratégias dos actores e os factores culturais associados aos diferentes meios.

O modelo de desenvolvimento defendido pelos territorialistas, embora surja como alternativo ao modelo de “cima para baixo” ou de concentração, apresenta um elevado grau de compatibilidade com o mesmo, o que nos permite afirmar que o processo de desenvolvimento beneficiará se incorporarem elementos de ambos (Reis 2012).

Em suma, numa perspectiva territorialista, o desenvolvimento vai para além do crescimento económico, alargando os seus horizontes para o nível social e político. A especificidade de cada região, de cada sociedade é tida em conta. Os recursos endógenos e as características de cada comunidade são valorizadas e são elas que vão constituir a base do processo de desenvolvimento. A comunidade é envolvida e levada a participar activamente nesse desenvolvimento, contribuindo assim para a própria melhoria das suas condições de vida. Desenha-se desta forma, um modelo de desenvolvimento adequado à especificidade de cada região ou comunidade. Com este paradigma surge, ainda, o respeito permanente pelo ambiente (Mergulhão, 1997).

Emergem, assim, novos modelos para o desenvolvimento: desenvolvimento comunitário, desenvolvimento humano, desenvolvimento sustentável (DS), desenvolvimento local (DL).

No que respeita ao desenvolvimento local, para Amaro et al, “as iniciativas de Desenvolvimento Local podem desempenhar um papel fundamental na busca de um novo conceito de Desenvolvimento, que seja efetivamente um processo de Desenvolvimento, ou seja de libertação dos constrangimentos e envoltórios que impedem a plena realização da Humanidade, nas suas vertentes individuais, social e ambiental.” (Amaro, Henriques, & Val, 1992, p. 19).

As características e os recursos endógenos de cada região são únicos e nessa sequência são valorizados e são a base do processo de desenvolvimento. A comunidade participa ativamente nesse processo ajudando a melhorar a qualidade de vida da região. Assim, o desenvolvimento é “o processo de mudança e transformação

das estruturas da sociedade que reduz a insatisfação de necessidades fundamentais da população e que aumenta a mobilização e a realização das suas capacidades (...) sem por em causa nenhuma geração à custa de outra” (Amaro, 2001, p.26).

Outros autores como Veiga (2005), apresentam uma abordagem em que refutam as dicotomias do desenvolvimento local, considerando o envolvimento entre os recursos locais e exteriores e o tipo de relações e qual a qualidade que se podem estabelecer. Veiga refere que “o horizonte em que se define o desenvolvimento, tem evoluído para perspetivas mais integradas, multidimensionais e pluridisciplinares” (Veiga, 2005, p.81).

### **Desenvolvimento Sustentável**

A sociedade foi ganhando consciência de que os recursos naturais estão sujeitos à possibilidade de esgotamento, as teorias económicas que vinham desde a revolução industrial, e que se baseavam fundamentalmente em bens económicos (escassos) e bens livres (supostamente ilimitados e sem restrições de utilização) começaram a ser questionadas. O princípio da sustentabilidade emerge no contexto da globalização como marca de um limite e o sinal que reorienta o processo civilizacional da humanidade. A problemática ambiental “surge nas últimas décadas do século XX como o sinal mais eloquente da crise da racionalidade que conduziu ao processo de modernização” (Álvares, 2009).

Na década de 60 do século XX e seguintes aconteceram diversos acidentes ambientais que esclarecem a vulnerabilidade dos ecossistemas naturais frente aos avanços do desenvolvimento industrial e ao modo de produção, assim como também o desconhecimento da complexidade dos ecossistemas. E dos seus mecanismos naturais de autorregulação.

A comunidade científica ao analisar estas vulnerabilidades e ao publicar levou as pessoas a reconsiderarem quais os impactos da atividade humana no ambiente e na sua própria saúde e qualidade de vida.

Resulta desta crise ambiental, o esgotamento dos recursos naturais e a degradação de espaços. Isto reflete-se na irracionalidade ecológica dos padrões dominantes de

produção e consumo e marca os limites do crescimento económico. Entretanto são detetadas falhas sobre a não imputação dos custos decorrentes da degradação dos espaços e recursos como não há um estabelecimento pleno dos direitos de propriedade sobre os recursos naturais. Resultam daqui as estratégias do ecodesenvolvimento, promovendo novos tipos de desenvolvimento baseados nas condições e potencialidades dos ecossistemas e na gestão prudente dos recursos (Sachs, 1982, citado em Álvares, 2009).

Em 1972 realiza-se a Conferência de Estocolmo, acerca do ambiente humano, cuja sua promoção ficou a cargo da Organização das Nações Unidas (ONU), da qual resulta a Conferência sobre o Ambiente Humano. Foi aí que se reconheceu a nível internacional, que as medidas de defesa ambiental estão estritamente relacionadas com o desenvolvimento da economia e a “*prosperidade no mundo*” (UCP, 2004). Era então criada a Declaração de Estocolmo, que vem fazer apelo a que todos conjuntamente unam esforços, para que se conserve e melhore o meio ambiente para benefício de todos.

Para a cimeira de Estocolmo, acima referida, foi produzido o relatório intitulado “*Os limites ao crescimento*” encomendado pelo Clube de Roma o qual alertava que, caso o crescimento económico continuasse sem contenção, nos moldes em que se vinha processando, se iria repercutir de forma negativa em todo o mundo em termos da escassez dos recursos naturais no planeta, bem como a sua capacidade limitada de renovação (UCP, 2004).

Nos anos oitenta do século passado, assume grande relevância a constituição da Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento (W.C.E.D.), pela ONU, que viria a publicar em 1987 o Relatório “O Nosso Futuro Comum”, também conhecido por Relatório Brundtland. Este relatório viria a ter uma grande importância “ao identificar os principais problemas ambientais que ameaçam e entram o desenvolvimento de muitos países do Sul, e propondo um compromisso entre ecologia e economia, assente no conceito de desenvolvimento sustentável, ou seja, conciliar a intervenção tecnológica com a capacidade ecossistémica do planeta de

suportar essa intervenção. Em suma, conciliar ambiente e desenvolvimento.” (Carvalho, 2007 pp. 31-32).

Assim, desenvolvimento sustentável, na definição clássica do relatório Brundtland, é “aquele que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (W.C.E.D. 1987/1991, p. 54). Esta formulação é uma resposta aos problemas e desigualdades sociais, comprometendo a satisfação das necessidades de uma parcela significativa da população mundial e uma resposta ao processo de degradação ambiental gerado pelo estilo de crescimento, que tende a limitar as oportunidades das gerações futuras. (Carvalho, 2009).

Como se verifica, a implementação do desenvolvimento sustentável assentava inicialmente em duas dimensões fundamentais: o desenvolvimento económico e a protecção do ambiente.

Hoje, o desenvolvimento sustentável considera quatro dimensões. Após a cimeira social de Copenhaga, realizada em 1995, foi integrada a vertente social como terceiro pilar do conceito de desenvolvimento sustentável. Mais recentemente, às três dimensões do desenvolvimento sustentável enunciadas, acrescentou-se a vertente institucional, que chama a atenção para as questões relativas às formas de governação das instituições e dos sistemas legislativos (flexibilidade, transparência, democracia) – nos seus diversos níveis -, e para o quadro de participação dos grupos de interesse (sindicatos e associações empresariais) e da sociedade civil (ONG), considerados como parceiros essenciais na promoção dos objectivos do desenvolvimento sustentável (Carvalho, 2009).

Assim, o desenvolvimento sustentável parte de uma nova perspectiva de desenvolvimento e estrutura-se sobre duas solidariedades: solidariedade *sincrónica*, com a geração presente, e solidariedade *diacrónica* com as gerações futuras (Sachs, 1990): o bem-estar das gerações actuais não pode comprometer as oportunidades e necessidades futuras; e o bem estar de uma parcela da geração actual pode ser construído em detrimento de outra parte, com oportunidades desiguais na sociedade.

Em suma, segundo Carvalho, (2009, p.84) “a relação entre a degradação e a capacidade de recuperação e regeneração da natureza depende, antes de tudo, do *modelo de desenvolvimento*, com as mediações da estrutura produtiva, do padrão de consumo e da base tecnológica. Como cada ecossistema tem a sua própria dinâmica e, portanto, a sua capacidade de carga face aos impactos da economia e da sociedade, a sustentabilidade do desenvolvimento tem o seu limite definido pela natureza, diante da qual organiza a sua forma de produção e consumo”.

### **Desenvolvimento Local Sustentável**

Conforme referido atrás, os Estados, com os modelos de desenvolvimento vigentes de cariz funcionalista, não conseguiram solucionar muitos problemas de cariz local, com que muitas regiões, sobretudo as mais periféricas se confrontavam. É neste contexto que surge o Desenvolvimento Local (DL) como uma resposta em forma de intervenção orientada pelos agentes locais e com o objetivo de criar melhorias nas condições de vida.

Reis considera que “a natureza do DL contemporâneo resulta de uma junção original e complexa entre mobilização cívica de cariz identitário e formas de gestão pública exercidas, descentralizadas por agentes associativos na base da contratualização com o Estado” (Reis, 1992, p. 32).

Assim, o DL pode definir-se como um “processo endógeno geralmente assente em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo económico e a melhoria da qualidade de vida das populações. Representa uma singular transformação nas bases económicas e na organização social ao nível local, resultante da mobilização de energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas” (Carvalho, Lisboa, & Roque, 2009, p. 503).

Reis (1994), refere que para que ocorra DL é necessário a existência de condições produtivas próprias, formas de representação coletiva e condições socioeconómicas e territoriais.

Portanto, para que haja desenvolvimento efetivo é necessário mobilizar e promover iniciativas por parte dos atores locais. Estas iniciativas tendem a valorizar e potenciar os recursos endógenos, melhorando as condições de vida, através de ações que induzem a participação e consciencialização de todos os habitantes para no futuro assegurar o bem-estar social.

Nesta perspectiva, o DL caracteriza-se pela mobilização dos seus habitantes sustentada na solidariedade sustentável/durável, criadora de alternativas, geradora de diferenças e de diversidade, capaz de criar espaços. É um processo de criação de riqueza humana cultural, natural e material, numa base social forte. Ou seja, uma determinada ação terá que ser desenvolvida num espaço físico, durante um determinado tempo, com os participantes e, com essa ação deve-se obter o resultado que terá impacto na população, com vista à satisfação das necessidades locais.

Assim, a raiz do desenvolvimento local é caracterizada por “um impulso generoso, de carácter local e endógeno, assente na mobilização voluntária, cujo objetivo é originar ações com as quais se produzem sinergias entre agentes, tendo em vista qualificar os meios de vida e assegurar o bem-estar social.” (Reis, 1998b).

É a solução para combater tantos problemas ambientais como as desigualdades sociais, mas este tende a limitar as oportunidades das gerações futuras pois compromete “a satisfação das necessidades de uma parcela significativa da população mundial e uma resposta ao processo de degradação ambiental gerado pelo estilo de crescimento” (Carvalho, 2009, p.79).

Para Albino e Leão o conceito de DL assenta no cumprimento de determinados objetivos:

- “na valorização dos recursos localmente disponíveis;
- no reforço das capacidades das pessoas que aí residem;
- na capacidade de atrair ao local pessoas doutras zonas e culturas;
- na intensificação das relações de cooperação entre agentes, tendo em vista a superação dos problemas detetados;

- na criação de estratégias de ação que permitam, de um modo participado pelas populações, alterar significativamente as condições de partida, nos domínios considerados fundamentais por essa população;
- na criação de redes inter locais, por forma a promover estratégias concertadas de desenvolvimento entre pessoas e territórios com interesses convergentes” (Albino & Leão, 1997, p. 22).

Por sua vez, Amaro (2001) refere que só se poderá falar em DL se estiverem reunidos os seguintes nove elementos:

- Processo de transformação - modificação que rejeita a conservação;
- Centralizado numa comunidade - o marco de referência é a comunidade local;
- Resultado de uma construção de identidade -um conjunto de interesses que se identifica e assume onde são movimentáveis ações de solidariedade concretas;
- Parte da existência de necessidades não satisfeitas às quais se indagam respostas partindo das capacidades locais, mas também utilizando recursos externos;
- Assume uma lógica integrada - pois a intervenção não se limita a problemas como, desemprego, saúde, entre outros, mas sim ao combinado de problemas que se afetam mutuamente;
- Destaca-se no trabalho em parceria - partindo da construção de ações conjuntas, da coadjuvação, de acordos de negociação, de discórdias e da própria solidariedade local;
- O impacto por toda a comunidade – é um exemplo para a comunidade em geral;
- Atua segundo uma *diversidade de caminhos*;

- Deve ser percebido como *um cruzamento de uma reflexão teórica com testemunhos.*

O DL também é visto como uma resposta às necessidades e problemas de uma determinada região que sofre por o Estado não solucionar os seus problemas. Portanto é uma política pública marcada pela valorização e a promoção da diversidade da vida coletiva, distinguindo-se das existentes pela consciência de cidadania, pela participação e pelo contexto territorial.

O DL intervindo de forma inovadora: na gestão dos meios onde as pessoas vivem; na ocupação e gestão do espaço; na recreação de memórias; na formação das pessoas e consequentemente nas capacidades de relacionamento com o mundo; assume um papel de produtor de bens públicos que por sua vez faz eclodir a problemática da gestão pública. Poder-se-á falar de “desenvolvimento local como resultante da mobilização das pessoas através do voluntariado e participação cívica com as formas de gestão pública, complementando dessa forma as ações e apoios do estado com os atores locais e respondendo por esse meio às necessidades sociais. É, no entanto, o excesso da intervenção do Estado e o défice de participação da comunidade que podem condicionar o desenvolvimento” (Reis,1998a).

Assim, tendo em conta a perspectiva apresentada por Carvalho, o DL “enquadra-se numa perspetiva territorial integradora que procura através das diversas iniciativas valorizar e potenciar os recursos endógenos com o envolvimento e a participação de todos os agentes envolvidos no processo. Assim, o processo de desenvolvimento local procura melhorar as condições de vida das populações, criando ações que levem à participação e consciencialização da comunidade. Sendo a participação a base deste processo de desenvolvimento, este não poderia deixar de se centrar na comunidade, partindo das necessidades existentes tentando responder a estas através das capacidades locais, articulando-as com os recursos endógenos” (Carvalho, 2009, p.83).

A este propósito, Mergulhão (1997), refere a importância de incitar alterações de mentalidades e comportamentos, no sentido de incentivar e promover a participação

das populações no processo de desenvolvimento, sendo o investimento privado uma estratégia desse desenvolvimento.

Em suma, o DL assume-se “como processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e respostas” (Amaro, 2004, p.26).

O “desenvolvimento local incorpora assim os postulados de sustentabilidade enunciados, procurando assegurar a permanência e a continuidade, no médio e longo prazos, dos avanços e melhorias na qualidade de vida, na organização económica e na conservação do meio ambiente” (Carvalho, et al 2009, p.506). Ou seja, o desenvolvimento local sustentável, tendo como finalidade uma mudança social, potencializa os recursos endógenos, articulando com equilíbrio as dimensões: económica, social, ambiental e institucional.

Por conseguinte, o desenvolvimento local sustentável é um processo que leva a um continuado aumento da qualidade de vida com base numa economia eficiente e competitiva, com relativa autonomia das finanças públicas, combinado com a conservação dos recursos naturais e do meio ambiente.

Assim, o desenvolvimento local sustentável é, simultaneamente, um processo e uma meta a ser alcançada no médio e longo prazos, gerando uma reorientação do modelo de desenvolvimento, enfrentando e redefinindo a base estrutural de organização da economia, da sociedade e das suas relações com o meio ambiente natural. (Carvalho, 2009).

É nesta sequência que os intervenientes devem elaborar o planeamento local com o objetivo de preparar as mudanças sociais e estruturais definindo os objetivos e quais as alternativas. Para concluir o processo de planeamento do local sustentável constrói-se sobre bases técnicas e também bases técnicas pedagógicas e participativas. Para isso é necessário criar planos municipais.

Carvalho sintetiza que o:

“processo do planeamento da sociedade local sustentável não se constrói só sobre bases técnicas, racionais, lógicas, materiais e quantitativas, mas necessita de técnicas pedagógicas participativas no processo de planeamento democrático e para tal é necessário criar metodologias interativas de elaboração de planos municipais. (...) se o planeamento for participativo poderá ser entendido como um processo de aprendizagem e conquista , mexendo com a estrutura de poder e cultura política” (Carvalho, 2009, p.89).

Um exemplo de instrumento da promoção e da implementação do desenvolvimento local sustentável é a Agenda 21 Local. Esta é aquela em que as autoridades laboram localmente, em conjunto com os variados “departamentos” da sociedade para a elaboração de um Plano de Ação de maneira a praticar a sustentabilidade. É a procura do bem estar com uma melhor qualidade do ambiente. (UN , 2009).

## **Património Natural e Conservação da Natureza**

### **Património Natural e Biodiversidade**

O património natural é constituído por todo o espólio acumulado ao longo de milhares de anos pela natureza. A singularidade de determinados espaços onde a actividade humana ainda não se fez sentir, as suas características únicas merecem em muitas situações a classificação de património classificado. Numa perspectiva mais abrangente, o património natural compreende todos os elementos da fauna e flora, as características morfológicas, geológicas, entre outras, de uma determinada região, sendo esta protegida ou não. (Castro, 2004).

Em termos de património natural, assume particular relevância a biodiversidade. O termo biodiversidade é definido pela Convenção da Diversidade Biológica (1992) como “a variedade entre os organismos vivos de todas as origens, incluindo, *inter alia*, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos dos quais fazem parte; compreende a diversidade dentro de cada espécie, entre as espécies e dos ecossistemas”. A diversidade biológica não se resume apenas à variedade entre diferentes espécies, “mas também na variação genética dentro de cada espécie e na variação entre comunidades de espécies, habitats e ecossistemas” (Velázquez et al., 2009).

Actualmente a definição do conceito de Biodiversidade está generalizada, sendo aceite como a variedade de formas de vida em todos os níveis da organização biológica (Neto, 2012). No texto oficial da CDB (1992) são descritos os principais objectivos: a conservação da diversidade biológica, o aproveitamento sustentável dos seus elementos e a partilha de forma justa e equitativa dos benefícios que provêm da utilização de recursos genéticos.

O valor da biodiversidade pode ser traduzido na importância que esta representa para o ser humano. Os recursos naturais representam o principal pilar da sobrevivência da vida humana, e por esse motivo a sua protecção deve ser um dos seus principais objectivos. A perda de biodiversidade interfere com todas as funções ecológicas dos ecossistemas, sendo por isso mesmo uma ameaça para a sobrevivência do ser humano (SCBD, 2000).

Em termos europeus, a biodiversidade sofre impactes negativos provocados essencialmente pelo aumento das áreas destinadas à agricultura intensiva e de monocultura, silvicultura e urbanização; a uma gestão prejudicial dos recursos naturais, da água e das redes de transportes; pelo aumento do turismo de massas; pela introdução de espécies exóticas invasoras; e ainda pelos incêndios florestais (EEA, 2007). Além dos impactes anteriormente apresentados, existem outros factores que contribuem, de um modo directo ou indirecto, para a perda da biodiversidade na Europa, nomeadamente o abandono de terras agrícolas; os processos de desertificação, acidificação e eutrofização do solo; a contaminação por radioactividade; a exploração ilegal de madeira; e o comércio de espécies, animais e vegetais selvagens (EEA, 2007).

A perda de biodiversidade representa uma ameaça para o funcionamento favorável dos serviços prestados pelos ecossistemas. Estes serviços são definidos, de um modo genérico, como os benefícios que o ser humano obtém dos ecossistemas, contribuindo assim para o seu bem-estar, sendo produzidos através do processo de interação entre o próprio ser humano e os ecossistemas. Os serviços prestados pelos ecossistemas são considerados serviços de suporte, por serem necessários para a produção de todos os outros serviços provenientes dos ecossistemas, como a

formação de solo, os ciclos dos nutrientes e a produção primária, entre outros. Os produtos obtidos através dos ecossistemas, como alimentos, água potável e recursos genéticos, entre outros, são classificados como serviços de aprovisionamento; os serviços de regulação permitem a regulação dos processos dos ecossistemas, como a regulação da água, do clima, de pragas e doenças, e ainda a purificação dos recursos hídricos. Os benefícios não materiais gerados pelos ecossistemas como o turismo, o recreio, os valores espirituais e religiosos, estéticos, educacionais e de herança cultural são considerados como serviços culturais (Millennium Ecosystem Assessment, 2005).

A inclusão do conceito da Biodiversidade nas políticas de Conservação da Natureza surge após a Conferência sobre a Diversidade Biológica, em 1992, que marca positivamente a reformulação da temática ambiental nos quadros jurídicos. A Biodiversidade passa a ser um elemento chave na esfera da política ambiental, marcando o aumento do interesse nas acções que comprometem a preservação da biodiversidade e, também, nas medidas que permitem atenuar os efeitos que as acções de perda da biodiversidade e de fragmentação da paisagem produzem sobre o espaço biofísico.

### **Conservação da Natureza e Áreas Protegidas**

O conceito de Conservação da Natureza está relacionado com a forma como o Ser humano observa a natureza que o cerca ao longo dos tempos e com a interpretação que dela faz. Nos tempos pré-históricos, a natureza era encarada como uma imensidão incompreensível que o ser humano não conseguia compreender, por representar uma fonte de perigos físicos e espirituais, e devido a essa percepção do espaço, a natureza era respeitada e venerada (Lebreton, 1971). Após o aparecimento das primeiras civilizações e com o desenvolvimento da espiritualidade, as primeiras acções de preservação foram surgindo por iniciativa humana, atribuindo a certas espécies uma conotação espiritual e/ou divina, protegendo-as de qualquer tipo de exploração (Hunter & Gibbs, 2007). No século XVIII regista-se uma mudança de atitude do Ser humano perante a natureza, pondo em causa as interpretações dos

fenómenos naturais, elucidadas através da filosofia e da religião, no momento em que deixa de temer a natureza e passa a ambicionar dominá-la, através da experimentação científica (Andersen, 1992). Neste período, a percepção humana sobre a natureza baseia-se numa “visão tecnocêntrica e utilitária, na qual a natureza é tida quase exclusivamente como uma fonte inesgotável de recursos que deve ser controlada e manipulada pelo ser humano” (Albergaria, 2006).

No final do século XVIII e no princípio do século XIX a ciência atinge um grau colossal de evolução, sendo delineada pela capacidade de o Ser humano estudar a natureza de um modo inovador, ao adquirir a capacidade de a compreender para além do que é perceptível à sensibilidade humana, como demonstram os estudos de Dalton (1766-1845) sobre a teoria atómica. No entanto, a corrente que delineou e marcou as ciências naturais nesta época, foi a teoria evolucionista de Darwin, na qual o “dinamismo da vida e as suas mudanças evolutivas são o resultado da selecção natural, enquanto princípio pelo qual cada pequena variação, quando útil, é conservada” (Albergaria, 2006).

No século XIX com o avanço das ciências naturais e com o emergir de novos campos de estudo, como a Ecologia (Ernst Haeckel, 1869), permite ao Ser humano entender a natureza de uma nova forma. A ecologia, segundo Odum (1971), tem a capacidade de dar a entender o modo de funcionamento dos sistemas naturais e a capacidade de servir de suporte ao processo de tomada de decisão. Ainda no século XVIII, as preocupações em relação à escassez dos recursos naturais começaram a ter uma maior relevância na sociedade civil, como relata Thomas Malthus no seu livro "Ensaio da população" de 1798. O autor relata o facto de a população estar a crescer rapidamente em relação à produção alimentar, do que podia resultar, num futuro próximo, o esgotamento dos recursos, pondo em risco a sobrevivência, quer das espécies vegetais e animais, quer do Ser humano (Albergaria, 2006).

Confrontado com estes factos, o Ser humano começa a compreender que não deve dominar a natureza, mas sim aprender a conviver com ela, e assim nascem os primeiros movimentos ambientalistas de protecção da natureza (Hunter & Gibbs, 2007). Em resultado deste novo pensamento naturalista surgem, neste período, os

primeiros movimentos de protecção da natureza, que desempenham um papel importante, ao pôr em prática o conceito de Conservação da Natureza e marcam o início do desenvolvimento das políticas de ambiente.

As Áreas Protegidas são das primeiras Estratégias de preservação e Conservação da Natureza implementada globalmente. A Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), em 1992, define o conceito de Área Protegida como uma área geograficamente definida que é regulamentada e gerida para atingir objectivos específicos de conservação; por outro lado a IUCN descreve as Áreas Protegidas como uma área de terra ou mar especialmente dedicada para a protecção e manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e sociais associados à área, sendo gerida por meios legais ou outros meios eficazes (Mulongoy & Chape, 2004). As definições não se anulam uma à outra, ambas estão correctas, mas a diferença remete para a definição da CDB (1992) que não faz qualquer referência aos aspectos culturais do(s) território(s) pertencente(s) a uma determinada Área Protegida.

As áreas naturais em geral e as protegidas, em particular, desempenham funções muito importantes para as comunidades que as rodeiam. Essas funções e essa importância, são enumeradas por Castro e Martins, 2014, p.223: “Mantém a diversidade biológica, protegem as paisagens de qualidade, conservam zonas produtoras de água, são refúgio de muitas espécies animais e vegetais, acolhem as comunidades humanas e as suas culturas tradicionais.” Também do ponto de vista social, são locais que assumem um papel fundamental no relaxamento do corpo e da mente, assim como melhoram a saúde e qualidade de vida, e são lugares essenciais para a educação, cultura e lazer.

A acção do ser humano sobre os recursos naturais, especialmente após a Revolução Industrial, criou desequilíbrios e ameaças sobre o meio envolvente e ambiente. Ficou assim clara a necessidade de proteger, através de mecanismos legais, certas áreas que, pelas suas características intrínsecas, específicas e únicas, eram consideradas de grande valor, não só natural, mas também histórico e cultural.

Esta tomada de consciência foi o principal impulso para a criação efectiva de Áreas Protegidas. “As primeiras Áreas Protegidas eram grandes extensões de território, num estado praticamente selvagem, onde a intervenção do Ser humano era mínima, e estavam sobre a jurisdição do Estado. Aparecem, assim, os denominados Parques Nacionais, em países com grandes dimensões, como é o caso do Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos da América, criado em 1872 e que foi a primeira área protegida a existir, pelo menos com um estatuto legal de protecção definido”. (Silva, 2000, p.28.) Estes Parques Nacionais pretendiam salvaguardar essencialmente valores naturais do avanço da civilização, limitando bastante a intervenção do Ser humano e condicionando o seu acesso para fins científicos, ou de recreio e lazer, mas sob medidas de controlo.

Obviamente que na Europa, onde as densidades populacionais são bastante superiores, não era possível encontrar áreas que possuíssem os requisitos para se considerarem Parques Nacionais à medida dos criados nos Estados Unidos. Na verdade, exceptuando alguns picos montanhosos nos Alpes e Pirinéus, por quase toda a Europa a marca do Ser humano existe. Porém, muitas vezes, essa marca mostra um equilíbrio existente com a natureza, como é o caso de uma parte significativa das paisagens rurais tradicionais. Assim, procurou-se antes criar áreas protegidas não só para preservar valores naturais, mas também modos de vida tradicionais, especialmente em meios rurais, onde fosse patente o equilíbrio entre a acção do Ser humano e a natureza.

Nascem assim os Parques Naturais, salientando-se o facto de aqui a noção de natureza incluir o Ser humano, sobretudo o das áreas rurais. Alguns dos primeiros Parques Naturais criados na Europa foram da responsabilidade dos alemães, e apareceram durante os anos 20 do século XX (os Naturpark); além da função de conservação serviam igualmente para o recreio e lazer, permitindo não só a manutenção de paisagens em equilíbrio mas igualmente o seu desfrute por populações, normalmente urbanas.

Somente nos anos 30 do século passado, é que o conceito de área protegida começa a ser mais aceite, não só na Europa mas igualmente em África onde, especialmente

devido ao colonialismo, são criados Parques Naturais e Nacionais que, na sua maior parte, não passavam de reservas de caça. É essencialmente durante os anos 70 do século XX, após a primeira Conferência sobre o Ambiente, organizada pelas Nações Unidas em Estocolmo (1972) sob o tema "Ambiente e Desenvolvimento Humano" que o número de áreas protegidas cresce, em resultado de uma tomada de consciência dos problemas ambientais nos países mais desenvolvidos, como é o caso dos desequilíbrios ambientais e da degradação dos recursos naturais, alertando para a urgência de proteger e conservar a natureza. Reforçando essa ideia, Scherl et al, 2006, p.17, referem que “O reconhecimento da importância da conservação da biodiversidade e sua relação com questões do desenvolvimento global tem aumentado significativamente durante os últimos trinta anos, desde a Conferência sobre Meio Ambiente Humano em Estocolmo em 1972. Naquela época, muitos países em desenvolvimento viam as preocupações do norte com o aumento da degradação ambiental como possíveis obstáculos para o seu próprio crescimento económico”. Assim, como resultado destas acções, é nesta altura que as questões ligadas à conservação da natureza ganham uma crucial e decisiva credibilidade institucional.

### **Áreas Protegidas e Rede Natura 2000 em Portugal**

Neste ponto, pela importância que assumem em termos de instrumentos de Conservação da Natureza abordam-se as Áreas protegidas e a Rede Natura 2000, a qual não integrando a Rede Nacional de Áreas Protegidas contém um importante conjunto de Áreas Classificadas relevantes para a Conservação da Natureza em Portugal.

### **Áreas Protegidas**

“Conservar a natureza”, expressão associada à ideia de “defesa da biodiversidade”, tornou-se um imperativo dos nossos dias, materializado num certo número de instrumentos e práticas. As áreas protegidas (AP), em termos de salvaguarda de espaços e de espécies, representam uma das respostas possíveis face à evidente

intensificação do uso do território. Mas classificar determinados espaços em nome do «único», do «raro» ou do «ameaçado» não deixa de ser um trabalho delicado, dado apontar para a sempre difícil conciliação “entre o momentâneo dos interesses materiais e a perenidade das instâncias biológicas”. Além disso, o conjunto das AP “está longe de abranger toda a biodiversidade existente, pois esta está presente ao longo de todo o continente português, revestida das mais diversas formas, algumas das quais irrelevantes ao olhar.” (Henriques, 2007).

O debate em torno das questões referentes às Áreas Protegidas em Portugal, tal como as entendemos hoje, são bastante recentes. Segundo Silva, 2000, p.32, “A primeira referência existente data de 1948, através do Decreto 37188 que menciona, pela primeira vez, a criação de Parques Naturais”. Na verdade, o que então se pretendia era basicamente a constituição de reservas de caça, para assim se poder regular esta actividade e permitir a defesa da fauna. Esta visão era orientada sobretudo para as antigas Colónias, seguindo o exemplo de outros países colonizadores, onde era necessário preservar algumas espécies que começavam então a estar ameaçadas. Criam-se assim o Parque da Gorongosa, em Moçambique, e o Parque de Quiçama, em Angola. (Silva, 2000).

No entanto, podemos afirmar que, as fundações ou a base que está no surgimento de uma política de protecção da natureza, em Portugal é a Lei 9/70. Nesta lei fica claro que cabe ao Governo promover a protecção da natureza através da "defesa de áreas onde o meio natural deva ser reconstituído ou preservado contra a degradação provocada pelo ser humano", além do "uso racional e a defesa de todos os recursos naturais em todo o território de modo a possibilitar a sua fruição pelas gerações futuras".

Assim, em 1970, Ano Europeu da Conservação da Natureza, e com a Lei n.º 9/70, de 19 de Junho, «Lei de Bases dos Parques Nacionais e outros tipos de reservas», onde se previu que a protecção da natureza fosse “ (...) assegurada pela criação de parques nacionais”, teve início, em Portugal, o acompanhamento da evolução internacional da protecção da natureza com a classificação das áreas naturais. Foi ao abrigo desta

Lei que foi criado o primeiro parque, o Parque Nacional da Peneda – Gerês (Dec.-Lei nº19/93).

A inventariação de paisagens e sítios e a criação de parques naturais, reservas, paisagens e sítios protegidos teve grande desenvolvimento em 1974-1975 - Ano Internacional das Zonas Húmidas<sup>1</sup>, com início da inventariação das zonas húmidas em Portugal contribuindo para que se tivesse um conhecimento generalizado sobre as zonas húmidas portuguesas.

Em 1976, o Decreto-Lei n.º 613/76, de 27 de Julho (revogado pelo artº 37º do Decreto-Lei nº 19/93) redefiniu a classificação das áreas protegidas e introduziu como factor de influência na classificação das áreas a proteger, o seu valor estético e cultural.

Com a publicação da Lei de Bases do Ambiente<sup>2</sup> foram mantidas as áreas protegidas e criada a Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), através do Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro.

Atualmente, as Áreas Protegidas regem-se de acordo com o Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de Julho, (revogou o Decreto-Lei n.º 19/93) no qual se refere que “devem ser classificadas como áreas protegidas as áreas terrestres e aquáticas interiores e as áreas marinhas em que a biodiversidade ou outras ocorrências naturais apresentem, pela sua raridade, valor científico, ecológico, social ou cénico, uma relevância especial que exija medidas específicas de conservação e gestão, em ordem a promover a gestão racional dos recursos naturais e a valorização do património natural e cultural, regulamentando as intervenções artificiais susceptíveis de as degradar”.

Nos termos do artigo 11.º do referido diploma, as AP definem-se nas tipologias de: Parque Nacional, Parque Natural, Reserva Natural Paisagem Protegida e Monumento Natural.

---

<sup>1</sup> Zonas húmidas (definição da Convenção de Ramsar) são “zonas de pântano, charco, turfeira ou água, natural ou artificial, permanente ou temporária, com água estagnada ou corrente, doce, salobra ou salgada, incluindo águas marinhas cuja profundidade na maré baixa não exceda os seis metros”.

<sup>2</sup> Lei n.º. 11/87 de 07 de Abril.

Actualmente, em Portugal existem 1 Parque Nacional, 13 Parques Naturais, 9 Reservas Naturais, 2 Paisagens Protegidas e 7 Monumentos Naturais.

Salientam-se os objectivos da classificação das Áreas Protegidas constantes no Decreto-Lei n.º 142/2008, acima referido, os quais passam por conceder à área protegida um estatuto legal de protecção, adequado à manutenção da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas e do património geológico, bem como à valorização da paisagem. Assim torna-se mais claro a quem compete gerir e salvaguardar todo este território onde a área protegida se insere.

Ainda seguindo este tópico dos objectivos, falaremos agora do decreto-lei 19/93 de 23 de janeiro. Transcrevemos aqui o artigo 3º:

“Objectivos

A classificação de áreas protegidas visa a prossecução dos seguintes objectivos:

- a) A preservação das espécies animais e vegetais e dos habitats naturais que apresentem características peculiares, quer pela sua raridade e valor científico, quer por se encontrarem em vias de extinção;
- b) A reconstituição das populações animais e vegetais e a recuperação dos habitats naturais das respectivas espécies;
- c) A preservação de biótopos e de formações geológicas, geomorfológicas ou espeleológicas notáveis;
- d) A preservação ou recuperação dos habitats da fauna migratória;
- e) A investigação científica indispensável ao desenvolvimento dos conhecimentos humanos e o estudo e a interpretação de valores naturais, fornecendo elementos para a melhor compreensão dos fenómenos da biosfera;
- f) A preservação dos sítios que apresentem um interesse especial e relevante para o estudo da evolução da vida selvagem;
- g) A protecção e a valorização das paisagens que, pela sua diversidade e harmonia, apresentem interesses cénicos e estéticos dignos de protecção;

- h) O estabelecimento de reservas genéticas, garantindo a perenidade de todo o potencial genético, animal e vegetal;
- i) A promoção do desenvolvimento sustentado da região, valorizando a interacção entre as componentes ambientais naturais e humanas e promovendo a qualidade da vida das populações;
- j) A valorização de actividades culturais e económicas tradicionais, assente na protecção e gestão racional do património natural.”

### **Rede Natura 2000**

A Rede Natura 2000 é uma rede de áreas classificadas que tem como principal objectivo a protecção e conservação da diversidade biológica e de habitats, que sustentam a existência de diversas espécies vegetais e animais. A sua origem resulta de um processo de criação de uma rede ecológica por todo território europeu, sendo o resultado da aplicação das duas directivas comunitárias que constituem os alicerces da política de Conservação da Natureza da União Europeia, as Directivas Aves (n.º 79/409/CEE) e Habitats (n.º 92/43/CEE) (Fuentes et al., 2011).

A Rede Natura 2000 (1992) é composta por áreas que têm uma importância significativa para a conservação e preservação da biodiversidade na União Europeia e que possibilitam a conectividade ambiental entre determinados habitats e espécies do território europeu, de modo a harmonizar as actividades humanas com a protecção destes valores, privilegiando uma gestão sustentável do ponto de vista ecológico, económico e social (Artigo 1º da Directiva Habitats, 1992). O principal objectivo da Rede Natura 2000 (1992) é "contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação de habitats naturais e da fauna e flora selvagens no território europeu dos Estados-Membros em que o Tratado é aplicável" (Artigo 2º da Directiva Habitats, 1992). Neste contexto, é assegurada a conservação e protecção a longo prazo das espécies e habitats do espaço europeu que se encontrem ameaçados, conferindo assim um quadro ecológico coerente às áreas classificadas através da

protecção e conservação dos ecossistemas vitais que incorporam, a Rede Natura 2000.

As Directivas comunitárias, acima referidas, quando transpostas para o quadro jurídico português, pelo DL n.º 140/99, de 24 de Abril, com a redacção que lhe foi dada pelo DL n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro, dão origem a duas áreas classificadas distintas, que constituem a rede ecológica da Rede Natura 2000 (1992): as Zonas de Protecção Especial (ZPE) e as Zonas Especiais de Conservação (ZEC). Ao abrigo da Directiva Aves (1979) surgem as áreas classificadas ZPE, definidas como áreas que se destinam essencialmente a garantir a conservação das espécies de aves e seus habitats, listadas no Anexo I da Directiva (1979) e das espécies de aves migratórias não referidas no Anexo I e cuja ocorrência seja regular.

Desenvolve-se, de seguida, um pouco mais relativamente a cada uma destas directivas, bem como o percurso conducente à criação da Rede Natura 2000.

A directiva aves, Directiva 79/409/CEE assim como as directivas subsequentes que a alteram, têm por objectivo:

- A protecção, a gestão e o controlo de todas as espécies de aves que vivem naturalmente no estado selvagem no território europeu dos Estados-Membros - incluindo os ovos dessas aves, os seus ninhos e os seus habitats;
- A regulamentação da exploração dessas espécies.

Os Estados-Membros devem igualmente preservar, manter ou restabelecer os biótopos e os habitats dessas aves com:

- A criação de zonas de protecção.
- A manutenção dos habitat.
- A recuperação dos biótopos destruídos.
- A criação de biótopos.

São adoptadas medidas de protecção especial dos habitats para determinadas espécies de aves identificadas pelas directivas (anexo I) e para as espécies migratórias.

As directivas estabelecem um regime geral de protecção de todas as espécies de aves. É, nomeadamente, proibido:

- Matar ou capturar intencionalmente as espécies de aves abrangidas pelas directivas. Estas autorizam, no entanto, a caça de determinadas espécies com a condição de que os métodos de caça utilizados respeitem certos princípios (utilização razoável e equilibrada, caça fora dos períodos de migração ou de reprodução, proibição de métodos de abate ou de captura em grande escala ou não-selectivos):

- Destruir, danificar e recolher os seus ninhos e os seus ovos.
- Perturbá-las intencionalmente.
- Detê-las.

Salvo excepções, nomeadamente para determinadas espécies para as quais a caça é autorizada, também não são autorizadas a venda, o transporte para venda, a detenção para venda e o acto de pôr à venda as aves vivas e mortas, bem como qualquer parte ou qualquer produto obtido a partir da ave.

Os Estados-Membros podem derrogar, sob determinadas condições, às disposições previstas pelas directivas. A Comissão velará para que as consequências destas derrogações não sejam incompatíveis com as directivas.

Os Estados-Membros devem incentivar a investigação e os trabalhos a favor da protecção, da gestão e da exploração das espécies de aves referidas nas directivas.

A degradação contínua dos habitats naturais e as ameaças que pesam sobre algumas espécies constituem uma preocupação primordial na política ambiental da União Europeia (UE). Assim, a Directiva n.º 92/43/CE designada de “Directiva “Habitats”, visa contribuir para a manutenção da biodiversidade nos Estados-Membros,

definindo um quadro comum para a conservação dos habitats, das plantas e dos animais de interesse comunitário.

Os anexos I e II da directiva contêm os tipos de habitats e as espécies cuja conservação exige a designação de zonas especiais de conservação. Alguns deles são definidos como tipos de habitats ou espécies “prioritários” (em perigo de extinção). O anexo IV enumera as espécies animais e vegetais que necessitam protecção particularmente estrita.

A designação das Zonas Especiais de Conservação é feita em três etapas. Segundo os critérios estabelecidos nos anexos, cada Estado-Membro deveria elaborar uma lista de sítios que abriguem habitats naturais e espécies animais e vegetais selvagens. Com base nessas listas nacionais e em concertação com cada Estado-Membro, a Comissão aprova uma lista dos sítios de importância comunitária para cada uma das nove regiões biogeográficas da UE (a região alpina, a região atlântica, a região do Mar Negro, a região boreal, a região continental, a região macaronésica, a região mediterrânica, a região panónica e a região estépica). No prazo máximo de seis anos após a selecção de um sítio como sítio de importância comunitária, o Estado-Membro em causa designa esse sítio como zona especial de conservação.

Caso a Comissão entenda que foi omitido de uma lista nacional um sítio com um tipo de habitat natural ou uma espécie prioritários, a directiva prevê o lançamento de um processo de concertação entre o Estado-Membro em causa e a Comissão. Se a concertação não produzir resultado satisfatório, a Comissão pode propor ao Conselho seleccionar o sítio como sítio de importância comunitária.

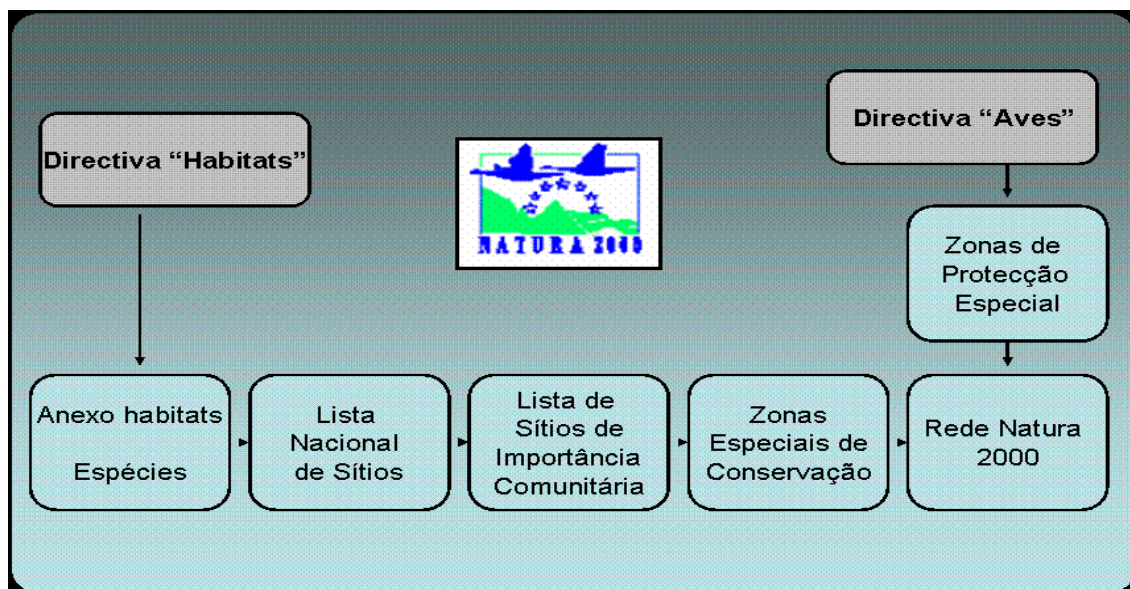
Nas zonas especiais de conservação, os Estados-Membros tomam todas as medidas necessárias para garantir a conservação dos habitats e evitar a sua deterioração, bem como as perturbações significativas das espécies. A directiva prevê a possibilidade de um co-financiamento das medidas de conservação pela Comunidade. Incumbe igualmente aos Estados-Membros:

- incentivar a gestão dos elementos da paisagem que considerem essenciais à migração, à distribuição e ao intercâmbio genético das espécies selvagens;

- instaurar sistemas de protecção particularmente rigorosos para determinadas espécies animais e vegetais ameaçadas (anexo IV) e estudar a oportunidade de as reintroduzir nos seus territórios;
- proibir a utilização de meios não selectivos de colheita, captura e abate relativamente a certas espécies vegetais e animais (anexo V).

De seis em seis anos, os Estados-Membros comunicam as disposições adoptadas em aplicação da directiva. Com base nesses relatórios, a Comissão elabora um relatório de síntese.

Os anexos da presente directiva foram alterados para ter em conta a diversidade biológica dos países que aderiram à UE em 2004 e 2007. O alargamento veio lançar novos desafios à biodiversidade, bem como introduzir novos elementos, incluindo três novas regiões biogeográficas (a região do Mar Negro, a região panónica e a região estépica). A Rede Natura 2000 representa actualmente cerca de 18 % do território terrestre da UE.



**Figura 1 - Procedimentos para a criação da Rede Natura 2000 Fonte: Comissão Europeia (2004)**

Em suma, a Rede Natura 2000 é uma rede ecológica que tem por objectivo contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens no território da União Europeia. Resultando da aplicação

de duas directivas comunitárias, as Directivas n.os 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de Abril (Directiva Aves), e 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio (Directiva Habitats).

A dinâmica e a evolução do processo de implementação da Rede Natura 2000 pode justificar a designação de novas áreas sempre que se verifiquem os pressupostos previstos para o efeito.

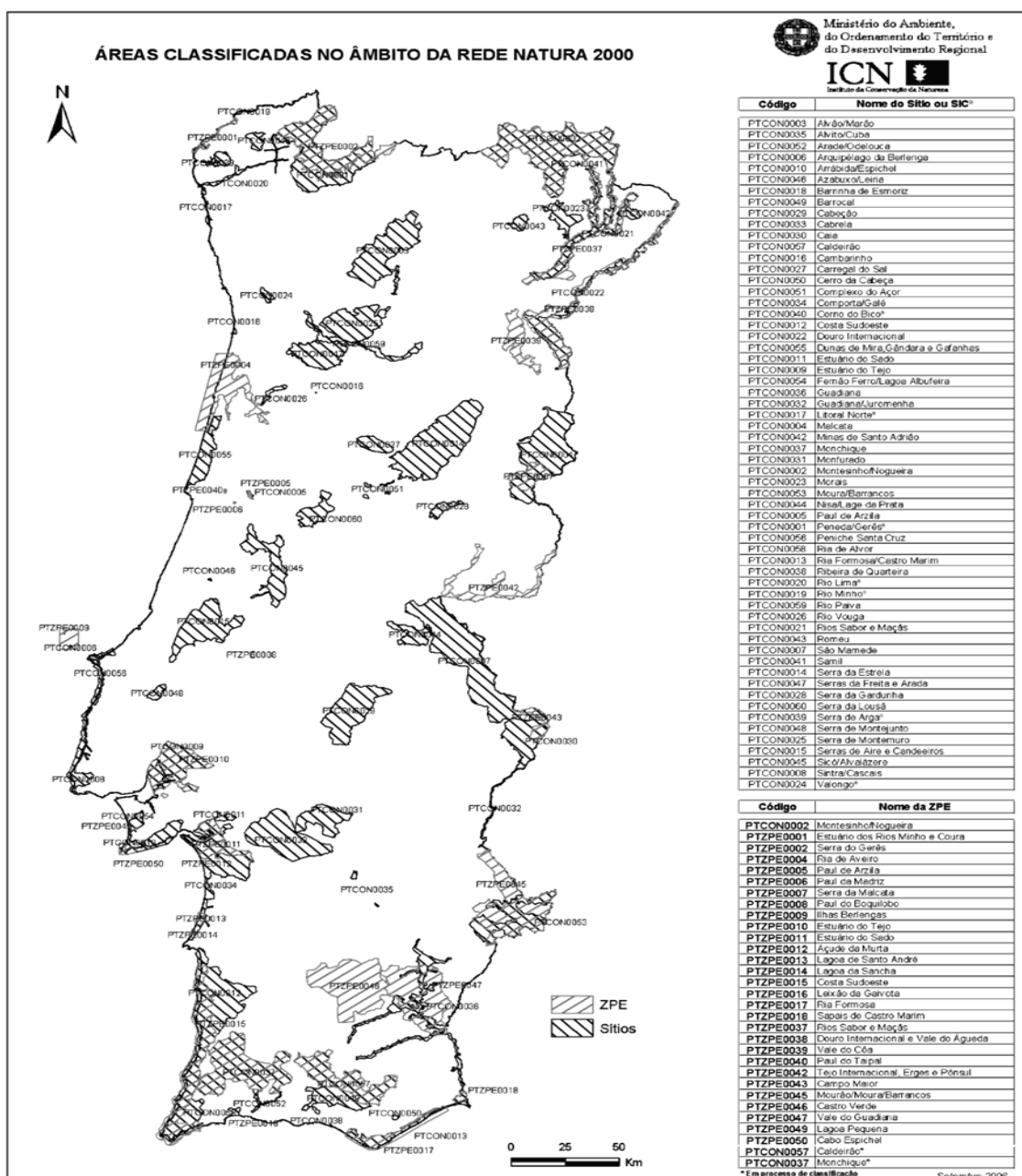


Figura 2 : Áreas classificadas no âmbito da Rede Natura 2000

Em Portugal continental foram criadas 29 ZPE, ao abrigo dos Decretos -Leis n.os 280/94, de 5 de Novembro, e 384 -B/99, de 23 de Setembro, sendo que os 60 sítios da Lista Nacional (criados ao abrigo das Resoluções do Conselho de Ministros n.os 142/97, de 28 de Agosto, e 76/2000, de 5 de Julho) foram já designados como sítios de importância comunitária (SIC), nos termos das Decisões da Comissão n.os 2004/813/CE, de 7 de Dezembro (adopta a lista dos SIC da região biogeográfica atlântica), e 2006/613/CE, de 19 de Julho (adopta a lista dos SIC da região biogeográfica mediterrânica).

A necessidade de manter num estado de conservação favorável os valores naturais que estão na origem da designação dos sítios e das ZPE conduz a que a gestão territorial destas áreas, que abrangem uma superfície total terrestre de 1 820 978,19 ha e uma superfície total marinha de 109 009,19 ha, constitua uma matéria de grande relevância e acuidade. Neste sentido, o Decreto -Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, com a redacção dada pelo Decreto -Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro, ao efectuar a transposição conjunta para o direito interno das Directivas Aves e Habitats, estabeleceu também os mecanismos necessários à gestão dos sítios e ZPE.

O posicionamento geográfico do nosso País, ao abranger 3 Regiões Biogeográficas – Atlântica e Mediterrânica, no continente, e Macaronésica, nos arquipélagos da Madeira e dos Açores – é bem elucidativo da elevada diversidade biológica existente em Portugal. Em Portugal, encontram-se classificados 96 SIC e 59 ZPE:

<b>Tipo</b>	<b>Nº</b>	<b>Zonas com área marinha</b>	<b>Área total (km<sup>2</sup>)</b>	<b>Área terrestre (km<sup>2</sup>)</b>	<b>Área marinha (km<sup>2</sup>)</b>
<b>ZPE</b>	59	10	11486,23	9930,77	1555,46
<b>SIC</b>	96	24	16844,31	16130,33	713,98

<b>Sítio da Lista Nacional<sup>3</sup></b>	1	1	331,3	307,98	23,32
--	---	---	-------	--------	-------

Rede Natura 2000 em Portugal: informação quantitativa acerca dos Sítios de Importância Comunitária (SIC) e Zonas de Proteção Especial (ZPE) . Fonte: ICNF.

Como se constata, o património natural, assume uma grande importância aos diversos níveis: ambiental, paisagístico, social cultural e económico.

### **O turismo de natureza e o ecoturismo como instrumentos de desenvolvimento local sustentável**

O aumento progressivo dos fluxos turísticos e, conseqüentemente, da sazonalidade da procura turística são problemas que têm vindo a fomentar a saturação dos territórios e a diminuir a qualidade do produto turístico. O interesse crescente pelos espaços naturais, pelas preocupações com as questões ambientais, bem como, a maior propensão para o consumo de produtos ligados à natureza, ao desporto e à cultura, foram fundamentos básicos para o aparecimento do turismo de natureza e, conseqüentemente, do Ecoturismo (Nunes, 2010).

As motivações que levam as pessoas a interpretar e compreender o motivo da conservação dos valores da natureza e da biodiversidade, a praticar desportos e actividades de ar livre, como forma de contactar directamente com os elementos naturais, a experimentar e a valorizar as culturas locais, a sua gastronomia,

---

<sup>3</sup> O Sítio Ria de Aveiro passou a incluir a Lista Nacional de Sítios em 8 de julho de 2014 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2014 de 8 de julho) justificado pela relevância que a área assume para a conservação de valores protegidos pela Diretiva 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio (Diretiva Habitats), transposta para o direito interno pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 8 de novembro.

artesanato, festas e costumes, constituem a base para o desenvolvimento do turismo de natureza (Burnay, 2006).

Adoptando como modelo a explicação avançada por Ceballos-Lascuráin, 1992, citado por Rodrigues, 2002, o turismo de natureza ou turismo ecológico ou ecoturismo pode ser definido como um tipo de turismo que se desenvolve em áreas naturais relativamente intocadas e tranquilas, com o objectivo específico de estudar, admirar e desfrutar da paisagem, das suas plantas e animais selvagens, bem como, de qualquer manifestação cultural do passado e do presente existente nos locais em questão. Desta forma, o turismo de natureza é um produto que relaciona simultaneamente lazer, ambiente e turismo.

Ao longo dos anos, foram diversas as expressões atribuídas ao turismo de natureza pelos diferentes autores. Lucas, 1984, citado por Valentine, 1992, definiu o turismo de natureza como um estilo de turismo que se baseia na contemplação de áreas naturais e na observação da natureza, reforçando ainda que se trata de um tipo de turismo com um baixo impacto a nível ambiental e que contribui social e economicamente para o país ou região. Laarman e Durst (1987, citado por Rodrigues, 2002), por outro lado, empregaram o termo ‘viagem de natureza’ ou, por vezes, ‘turismo orientado para a natureza’ para descrever um tipo de turismo que “combina educação, recreação e, muitas vezes, aventura numa base comum: na natureza”. Verifica-se, então, que apesar de cada autor estar tendente a desenvolver o seu próprio conceito, as concepções de cada um são, ainda assim, próximas das restantes definições.

De acordo com Rodrigues (2002), através de uma leitura atenta dos estudos que se têm vindo a realizar sobre este tema, pode-se verificar que a maioria dos autores convergiu para o mesmo tipo de ideias. Deste modo, é possível identificar dois pontos comuns na grande parte das designações: a ocupação física e fruição do espaço natural e o facto de integrar actividades associadas ao conceito de lazer, recreação e de férias activas. Além disso, o turismo de natureza integra dois mercados diferentes, sendo um de natureza *soft* e outro de natureza *hard*. No primeiro, as experiências apoiam-se na prática de actividades ao ar livre de baixa

intensidade, tais como passeios, excursões, percursos pedestres, entre outras, e representa, aproximadamente, 80% do total das viagens de natureza. No segundo, as experiências relacionam-se com a prática de desportos de natureza e/ou actividades que exigem um elevado grau de concentração ou de conhecimento, como é o caso do *birdwatching*, representando cerca de 20% do total de viagens de natureza (Associação Empresarial de Portugal [AEP], 2008).

O turismo de natureza, assumindo-se como uma forma de oposição ao domínio do turismo de massas – turismo convencional –, tem como propósito básico garantir a preservação da natureza e o respeito pelo ambiente.

Por outro lado, as transformações das áreas rurais levaram, actualmente, a desenvolver estratégias de desenvolvimento em que o turismo é apontado como sector fundamental para esses territórios, pois potencia, entre outros, a preservação dos recursos, a criação de novos empregos locais, o desenvolvimento de actividades artesanais e a “criação de espaços de memória e herança cultural.”(Reis, 2012 p.167).

Segundo Balabanian (1999, citado em Reis 2012, p.167), “quando não sabemos mais o que fazer por uma região frágil (...) um recurso é aparentemente sempre fácil: o turismo verde, ou seja, o turismo integrado nos espaços e nas sociedades rurais”

Assim, o ecoturismo é uma tipologia de turismo verde que se tem vindo a desenvolver em todo o mundo, com crescente necessidade e conseqüente procura de um turismo ligado à natureza, à cultura local, à autenticidade e a novas experiências. Junta-se a estes factores o despertar para a urgente necessidade da conservação do planeta e dos seus recursos, estando a crescer a procura de produtos turísticos que cumpram critérios de sustentabilidade. (Dorsey et al., 2004).

Os recursos de um local, são o elemento básico para o desenvolvimento turístico do mesmo. A sua conservação é fundamental, principalmente em localidades que têm na diversidade e conservação do património natural e cultural a sua atractividade.

A esse respeito Diegues (1996, p. 20) ressalta que, “um dos sustentáculos do conceito de desenvolvimento sustentado é a sua base ecológica. A conservação dos

ecossistemas e dos recursos naturais é condição básica para o desenvolvimento sustentado”.

O ecoturismo é por definição uma tipologia de turismo sustentável que mantém o binómio: sério compromisso com a natureza/responsabilidade social. Este binómio deve ser assumido por todos os agentes que concorrem para a prática do ecoturismo, visto este ser um fenómeno multidisciplinar (Amaral, 2012).

Ignarra (2003, p. 113) destaca a importância do património natural para o desenvolvimento das actividades turísticas: “O turismo tem nos atractivos o principal componente do produto. Assim, é de interesse do turismo que esses atractivos sejam conservados no seu estado natural. Desse ponto de vista, o turismo é importante alternativa para que reservas naturais sejam conservadas”.

Lindberg e Hawkins (1995), salientam que as áreas naturais, em particular as protegidas legalmente, (...) constituem grandes atracções, tanto para os habitantes dos países aos quais as áreas pertencem como para visitantes.

Os autores salientam ainda, que o ecoturismo não deveria ser restrito às áreas protegidas legalmente, pois promover o ecoturismo em áreas naturais que não têm nenhuma protecção oficial pode estimular as comunidades locais a conservarem os recursos e as áreas naturais próximas por iniciativa própria, e não devido a pressões externas. Por esse motivo, as organizações para a conservação do património reconhecem a enorme importância do turismo nestas áreas.

Assim, o ecoturismo pode assumir-se como instrumento de desenvolvimento local sustentável.

Um dos pressupostos do ecoturismo é a conservação da natureza aliada ao envolvimento das comunidades locais, devendo esta ser desenvolvida sob os princípios da sustentabilidade. O desenvolvimento sustentável em actividades de ecoturismo, é um conceito que tem como princípio contribuir para o crescimento económico com base na conservação dos ecossistemas e no estabelecer de situações de ganhos para todos os *seus stakeholders*, garantindo que as necessidades das actuais gerações sejam satisfeitas sem comprometer as necessidades das gerações futuras. Se

a base de recursos é protegida, os benefícios económicos associados ao seu uso, pelo menos teoricamente, serão sustentáveis. Para a realização de um produto de ecoturismo é necessário ter em conta aspectos peculiares que vão desde a escolha da área natural, a identificação da legislação ambiental pertinente, a selecção de atractivos naturais a serem disponibilizados, as actividades contempladas, a capacidade de carga, a população local e até a aplicação de um marketing responsável, associado à promoção e comercialização.

O Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) para o horizonte 2013-2015, evidencia um enorme potencial de crescimento para a procura das áreas protegidas. Contudo, os seus pressupostos podem ser aplicados a outras áreas naturais classificadas, como é o caso das que integram a Rede Natura 2000.

É de salientar algumas oportunidades aferidas, susceptíveis de serem um instrumento de desenvolvimento deste território: A existência da Carta Europeia do Turismo Sustentável – CETS, constitui-se como um instrumento que assegura o desenvolvimento de um turismo sustentável nas áreas protegidas da Europa e assim favorecer o desenvolvimento socioeconómico das regiões num quadro de sustentabilidade.

Contudo, para que os instrumentos acima referidos possam ser contribuir para o desenvolvimento local terão que se criar produtos e serviços diversificados e inovadores, terão que se criar redes de parcerias, investir em estratégias de valorização do património em que os atores locais devem participar desde o seu início (Reis, 2012). Pressupõe assim, um desenvolvimento local e regional assente na participação plena do “capital endógeno”, (Rita, et al, 1997, p.37) na coesão social, na minimização da globalização económica, e na melhoria das condições económica, social e cultural das populações locais. (Reis, 2012 p. 168).



## **CAPÍTULO 2 - OBJETIVOS E METODOLOGIA**

|

## **Objectivos e Metodologia**

### **Objetivos**

Neste capítulo serão apresentados os objectivos deste estudo, a questão de partida e as questões orientadoras, bem como as opções metodológicas.

### **Objectivos da investigação**

- Identificar o património natural da Freguesia da Tocha
- Perceber se o património natural da freguesia da Tocha está a ser aproveitado em termos de desenvolvimento local.

### **Questão inicial e questões orientadoras**

Partindo dos objectivos deste estudo formulou-se a seguinte questão de partida:

A importância do património natural como recurso endógeno para o desenvolvimento local na Freguesia da Tocha

### **Questões orientadoras**

Para operacionalizar a questão de partida foram formuladas um conjunto de questões orientadoras:

- Qual o património natural da freguesia?
- Qual o conhecimento que os autarcas têm do património natural da freguesia?
- Como está a ser usado o património natural da freguesia?
- O património natural é importante para a criação de sustentabilidade do território?
- Que atividades são desenvolvidas no património natural da freguesia?

## **Metodologia**

A presente dissertação teve como principal objectivo averiguar a importância do património natural como recurso endógeno para o desenvolvimento local da freguesia da Tocha. Para o efeito optou-se pela recolha de dados em duas fontes distintas. A primeira com recurso à pesquisa bibliográfica e documental e a segunda passou pela aplicação de entrevistas a distintas entidades. As entrevistas foram assim aplicadas aos diferentes responsáveis autárquicos, nomeadamente ao Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede e ao Presidente da Junta de Freguesia da Tocha. A participação dos inquiridos revestiu-se de extrema importância para a qualidade do presente trabalho de investigação.

Dado que as questões colocadas apontam para um objeto de estudo que abarca preferencialmente uma natureza descritiva e interpretativa, optámos por uma metodologia qualitativa, pois segundo Bogdan e Biklen (1994), consideram a abordagem qualitativa como uma metodologia de investigação que enfatiza a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções pessoais.

Ao optar pela pesquisa qualitativa e envolvendo a obtenção de dados descritivos, daremos mais relevância ao processo do que ao produto, preocupando-nos em retratar a perspectiva dos participantes. Além disso, Bogdan e Biklen (1994, p.47) identificam cinco características que uma investigação qualitativa poderá possuir:

- a) “A fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal;
- b) Os dados recolhidos são na sua essência, descritivos;
- c) Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelos processos do que pelos resultados ou produtos;
- d) Os investigadores qualitativos tendem a analisar os dados de forma indutiva;
- e) É dada especial importância ao ponto de vista dos participantes.”

Existem, segundo Bogdan e Biklen (1994), três grandes grupos de métodos de recolha de dados que se podem utilizar como fontes de informação nas investigações qualitativas: observação, o inquérito, o qual pode ser oral – entrevista – ou escrito – questionário e análise de documentos. O facto de o investigador utilizar diversos métodos para a recolha de dados, permite-lhe recorrer a várias perspetivas sobre a mesma situação, bem como obter informação de diferente natureza e proceder, posteriormente, a comparações entre as diversas informações, efetuando assim a triangulação da informação obtida. Deste modo, a triangulação é um processo que permite evitar ameaças à validade interna inerente à forma como os dados de uma investigação são recolhidos.

## **Instrumentos de recolha de dados**

### **Pesquisa bibliográfica e documental**

A pesquisa bibliográfica, efectuada em bibliotecas convencionais e através de sítios da internet, recaiu sobre livros e artigos científicos. Esta pesquisa teve como finalidade a realização de uma revisão de literatura sobre as temáticas do estudo, com vista à construção do respectivo enquadramento teórico patente no capítulo 1. Em termos de pesquisa documental, a mesma incidiu sobre documentação da Câmara Municipal de Cantanhede e da Junta de Freguesia da Tocha, obtidas nos seus centros de documentação, bem como nos sítios da internet destas instituições. Foram ainda usadas fontes estatísticas do INE.

### **Entrevistas semi-estruturadas**

A entrevista semi-estruturada “nem é inteiramente aberta – comunicação entrevistador e entrevistado, com carácter informal - nem orientada por um leque inflexível de perguntas e estabelecidas a priori” (Pardal & Correia, 1995, p. 65). Através dela procura-se, por um lado obter informação sobre uma determinada situação e, por outro lado, compreender os quadros conceptuais dos interlocutores que disponibilizam a informação.

No presente estudo efectuaram-se duas entrevistas semi-estruturadas, ao presidente da Câmara Municipal de Cantanhede e ao Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, com o objetivo de conhecer o património natural do concelho e da freguesia, e perceber como este é usado por quem o visita. Os dois entrevistados tiveram conhecimento da intenção da entrevista, bem como dos objectivos da investigação. As entrevistas foram gravadas, com o consentimento dos entrevistados e integralmente transcritas para suporte de texto.

## **Instrumentos de análise de dados**

### **Análise bibliográfica e documental**

A bibliografia e documentação que serviram de base ao estudo foram objecto de análise bibliográfica e documental.

### **Análise de conteúdo**

Esta técnica de análise tem por base a inferência de conhecimentos, descrição e compreensão dos fenómenos para fazer o investigador chegar à sua explicação, previsão ou conclusão, sobre o objecto de estudo; mas esta técnica necessita do seu cruzamento com outras, para validar os conhecimentos (Carmo e Ferreira, 1998).

De forma a transformar a informação recolhida através das entrevistas semi-estruturadas e de acordo com os objectivos traçados, foram criadas grelhas de análise de conteúdo, consoante a dimensão do estudo, definiram-se temas, categorias e sub-categorias que permitiram ter uma representação do conteúdo e uma selecção da informação através das unidades de registo. Numa fase posterior privilegiou-se uma abordagem de tipo descritivo contendo os resultados da análise efectuada.

### **CAPÍTULO 3 - CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO E DA FREGUESIA**



### Região Centro/ Distrito de Coimbra<sup>4</sup>

A Região Centro constitui, segundo a Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS), uma região NUTS II, que se decompõe em dez sub-regiões designadas por NUTS III.

O território sobre o qual nos debruçamos para efectuar este trabalho, está incluído no Baixo Mondego, região NUTS III do litoral da Região Centro, com uma área de cerca de 2062 Km<sup>2</sup>, que compreende oito concelhos: Coimbra, Cantanhede, Figueira da Foz, Penacova,

Mira, Condeixa-a-Nova, Montemor-o-Velho, e Soure.



Figura 3: Mapa da Região Centro

### Concelho de Cantanhede

#### Historial do concelho

Sendo certo que não existem elementos que nos conduzam a uma data concreta da fundação de Cantanhede, há alguns importantes achados arqueológicos que dão conta da presença humana no território pelo menos no Paleolítico Médio, cujo *terminus* ocorre por volta de 30.000 a 28.000 a.C..

<sup>4</sup> As fontes que categorizam estes territórios, são, na sua maioria, documentação da Câmara Municipal de Cantanhede, da Junta de Freguesia da Tocha e do INE.

O topónimo Cantanhede vem da raiz celta cant, que significa “pedra grande”, e relaciona-se com as pedreiras existentes na região. Daqui nasceu o primitivo “Cantonieti”.

As primeiras referências históricas remontam a 1087, data em que D. Sisnando, governador de Coimbra, a teria mandado fortificar e povoar. Segundo alguns autores, D. Afonso II terá dado foral a Cantanhede, posteriormente confirmado pelo foral outorgado por D. Manuel I, em 20 de Maio de 1514. Foram seus donatários os Meneses, tendo sido D. Pedro de Meneses o primeiro Conde de Cantanhede, título nobiliárquico criado por D. Afonso V por carta datada de 6 de Julho de 1479.

À família dos Meneses se ficaram a dever alguns exemplares da arte do Renascimento existentes no Concelho, e a casa que perpetua a sua memória acolhe as sessões de Câmara desde 1805.

Foi elevada a cidade em 16 de Agosto de 1991, pela lei nº 69/91.

### **Enquadramento Geográfico**

Cantanhede, distrito de Coimbra, é sede de um município com 390,88 km<sup>2</sup> de área e 36 595 habitantes (2011), subdividido em 14 freguesias.



**Figura 4: Mapa do Concelho de Cantanhede**

O município é limitado a norte pelos municípios de Vagos, Oliveira do Bairro e Anadia, a leste por Mealhada, a sueste por Coimbra, a sul por Montemor-o-Velho e por Figueira da Foz, a noroeste por Mira e a oeste tem costa no Oceano Atlântico.

### **Economia**

Dos actuais 36595 habitantes residentes no Município, 17920 pessoas constituem a sua população activa, que se distribui em 36% no sector primário, 26% no secundário e 38% no terciário.

Para além dos recursos florestais e dos elevados índices de produção de batata e leite, Cantanhede tem na vitivinicultura a sua actividade com maior expressão, fruto do reconhecimento que os seus vinhos alcançaram, fazendo parte da Região Demarcada da Bairrada.

De realçar também que o concelho enfrenta actualmente um processo de expansão económica, apostando em novos nichos e diversificando a sua oferta industrial, como facilmente se comprova com a implantação do espaço de investigação que se designa por Biocant. Esta aposta permite chamar ao concelho mão de obra qualificada, ao mesmo tempo que promove a região junto de quem vem para lá trabalhar ou investir.

A este nível, parece-nos particularmente relevante o significativo crescimento das quatro zonas industriais do concelho, nomeadamente Cantanhede, Murtede, Febres e Tocha.

### **Património Edificado Classificado**

No que toca ao património edificado classificado, devemos destacar, no concelho, a Capela da Varziela e o Pelourinho de Ançã. Ambos os monumentos merecem a classificação de “Monumento Nacional”.

Considerados como “Imóvel de Interesse Público” são os seguintes monumentos:

- ◆ Capela de Santo Amaro, Quintã;
- ◆ Igreja Matriz da Tocha;
- ◆ Igreja Paroquial de Ançã;

- ◆ Igreja de São Pedro, Cantanhede.

Classificados como “Imóvel de Interesse Concelhio”, apresentam-se:

- ◆ Cruzeiro da Póvoa da Lomba;
- ◆ Casa de António Mendes da Fonseca, Pocariça.

Como é natural, Cantanhede não tem apenas património edificado. Gostaríamos de realçar que o concelho é também rico em património natural e até arqueológico.

### **Património Arqueológico**

Há alguns importantes achados arqueológicos que dão conta da presença humana no território pelo menos no Paleolítico Médio, cujo terminus ocorre por volta de 30.000 a 28.000 a.C..

Durante este período, o Ser humano de Neanderthal ocupou esta região e foi responsável pelos inúmeros artefactos em sílex encontrados em diversas estações arqueológicas de freguesias como Ançã, Outil e Portunhos.

Esses achados, recolhidos ao longo dos anos, estão hoje em exposição no Museu da Pedra e compilados na Carta Arqueológica do Concelho de Cantanhede.

### **Património Natural**

Merece destaque, ao nível do património natural, a zona sudeste do concelho, nomeadamente na freguesia da Tocha, que está inserida e classificada em sítio de Rede Natura 2000. No entanto o concelho é rico em lagoas (destacam-se a da Salgueira, a dos Teixoeiros, a dos Coadiçais e a da Torre) e em matas e florestas. Além disso existem as praias de mar, nomeadamente a Praia da Tocha, a Praia do Palheirão, e fluviais merecendo destaque nesta categoria a Praia Fluvial dos Olhos da Fervença.

## Freguesia da Tocha



### Heráldica

Escudo de ouro, palheiro de negro, aberto e iluminado de prata e com telhado de vermelho, entre duas folhas de plátano de verde, em chefe e campanha ondada de verde e prata de cinco peças. Coroa mural de prata de quatro torres. Listel branco, com a legenda a negro: «TOCHA»

**Figura 5: Símbolo da Tocha**

### Historial da freguesia

De origens ancestrais, o vasto território da zona da Tocha havia sido doado ao Mosteiro de Santa Cruz, de Coimbra, por D. Afonso Henriques, aproximadamente no ano de 1140. Os monges que dirigiam este mosteiro, mandaram erigir um espaço junto da Lagoa da Fonte Quente, espaço esse que iria servir de base e de apoio à exploração agrícola. No início estava integrada na freguesia de Cadima.

A Quinta da Fonte Quente, outrora independente, é loja de capelaria de Nossa Senhora da Tocha, e na freguesia de Cadima existe um lugar chamado Quintã, que tem capela dedicada a Santo Amaro. A igreja paroquial de Cadima, já existia em 1181, cujo concelho foi criado pelo Foral de 23 de Agosto de 1514, dado por D. Manuel I, em Lisboa.

A antiguidade de Cadima comprova-se pela existência da antiga freguesia de Santa Maria, Nossa Senhora do Ó, pois as Igrejas hispano-visigóticas celebravam a festa da Expectação do Parto ou Santa Maria do Ó, por determinação do X Concílio de Toledo, no ano de 656. Em 1708, Cadima era vigararia do termo da Vila de Tentúgal, em 1751, do termo da Vila de Montemor-o-Velho; e, em 1840, passou para Cantanhede.

Os terrenos de Cadima e Tocha foram domínio do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, que entregava as terras um aforramento a rendeiros sob a sua jurisdição. Cadima pertencia-lhe já desde o séc. XII e Tocha viria a aparecer apenas no séc. XVII, com a lendária ermida de Nossa Senhora D'Atocha, ou Tocha, como já aparece escrita em 1712, no livro Santuário Mariano do historiador Frei Agostinho de Santa Maria, em que se relatam com pormenores factos relativos ao Santuário da Tocha. (Neto, 2013).

Da cultura popular, chega-nos a história da fundação deste povoado, intimamente relacionado com a sua Padroeira. Nossa Senhora D' Atocha, a mais antiga padroeira de Madrid, é uma imagem de Santa Maria Sentada com o Menino no braço esquerdo. Conta a tradição que um apóstolo de Antioquia levou para a capital espanhola uma imagem da Santíssima Virgem, a quem levantou uma ermida, nos campos cobertos de esparto, cujas folhas servem para manufacturar cordas, capachos e outros utensílios. A imagem tomou o nome de Senhora das Atochadas ou de Atocha. Os milagres da Santa fizeram crescer o culto e logo começaram grandes romarias.

Senhora milagrosa de muita devoção, em Madrid, passou a ser venerada na região da Gândara, depois de ali ser construída uma ermida, em cumprimento de uma promessa de um fidalgo galego. Narra a lenda que esse fidalgo, denominado João Garcia Bacelar, vivia na Galiza, mas ainda menino foi levado para Madrid para casa de um tio. Um dia, quando o menino saiu montado numa mula, acompanhado de seus criados, caiu num precipício. Logo invocou a Senhora D'Atocha para que o salvasse de tão alta queda. E assim foi, os criados encontraram-no sentado numa pedra, são e salvo, tal como a mula.

João Garcia Bacelar, apesar de ainda muito novo, desde então prometeu que se algum dia viesse a ser pessoa importante, edificaria uma ermida em sua honra. De facto, quando este fidalgo regressa à sua terra natal, Pontevedra, na Galiza, onde tinha um tio muito rico, que o adoptou.

Numa das suas viagens pelas charnecas muito extensas e desertas das Gândaras, chega à Quinta da Fonte Quente, pertencente ao Mosteiro de Santa Cruz, mas onde vivia um lavrador que rompia os matos da região. E porque se tivesse interessado

pelo lugar, João Garcia Bacelar não esqueceu o voto que fizera em criança e assim tratou de ajustar uma troca com o lavrador. Ali instalado, o fidalgo mandou edificar uma ermida a Nossa Senhora D' Atocha, que desde então, não parou de fazer muitos milagres.

Este Santuário começou em 1610, segundo dados históricos, por ser uma ermida erigida em Louvo de Nossa Senhora D' Atocha, já venerada em Madrid, desde 1162. O templo que veio a substituir a ermida começou a ser edificado em 14 de Março de 1654. Em 1670, foi entronizada neste templo a imagem da referida Padroeira, transferida da anterior ermida, com grande festa em 2 de Julho sob o mistério da Visitação.

No campo historico-cultural, haveria muitos nomes a referir, além do fidalgo do séc. XVI, João Garcia Bacelar, do escritor de 1712, Frei Agostinho de Santa Maria, de Visitadores e Piores de Santa Cruz, dos diversos, homens bons da terra, edis, autarcas, párcos e profissionais de todos os ofícios e mestres que engrandeceram a terra da Tocha.

Do séc. XX, destaca-se a figura do Professor Doutor Manuel Santos Silva, director do Hospital-Colónia Rovisco Pais, cuja actividade se iniciou em 1947. São muitas as referências à sua dedicação, por naturais da freguesia e por centenas de leprosos com a doença de Hansen. Pelo seu carinho e trabalho, tem hoje o seu nome atribuído a uma rua no largo da Igreja Matriz. Por outro lado, lembra-se também o nome do Dr. João Adelino da Silva Pereira, que foi presidente da Câmara Municipal de Cantanhede e alvo de uma homenagem na Praia da Tocha, visto ser um impulsionador do seu desenvolvimento. Em 13 de Agosto de 1967, foi dado o seu nome à Avenida Atlântica, paralela ao mar.

A Tocha pertenceu ao concelho de Cadima até a sua extinção, em 31 de Dezembro de 1853, integrando a partir de então o concelho de Cantanhede e pela lei n.º 62/85 de 9 de Julho, é elevada a categoria de Vila.

Nesta categoria, decidimos elaborar uma cronologia, para um acesso mais útil e mais fácil aos dados considerados mais relevantes:

1135: concessão pontifícia aos cónegos de Santo Agostinho do privilégio do *Isento*, documento onde se indicava a localidade de Cadima como um dos lugares onde os religiosos poderiam criar uma paróquia isenta de obrigações com o episcopado;

1514: concessão a Cadima do foral manuelino abrangendo o território povoado e não povoado do couto;

1534: realização do primeiro aforamento no território da Tocha;

1556: tomada de decisão pelo prior do Mosteiro de Santa Cruz de proceder à instalação da Quinta Da Fonte Quente;

1612: João Garcia Bacelar manda construir uma ermida em honra de Nossa Senhora D'Atocha;

1636: concessão de licença para se dizer missa na ermida da Tocha;

1643: concessão pontifícia de indulgências aos romeiros da Nossa Senhora D'Atocha;

1660 a 1670: construção da igreja de Nossa Senhora D'Atocha;

1834: fim do domínio senhorial do Mosteiro de Santa Cruz, integrando a Tocha o bispado de Coimbra;

1853: é extinto o concelho de Cadima, sendo a freguesia da Tocha integrada no concelho de Cantanhede;

1985: é concedido à freguesia da Tocha o estatuto de vila.

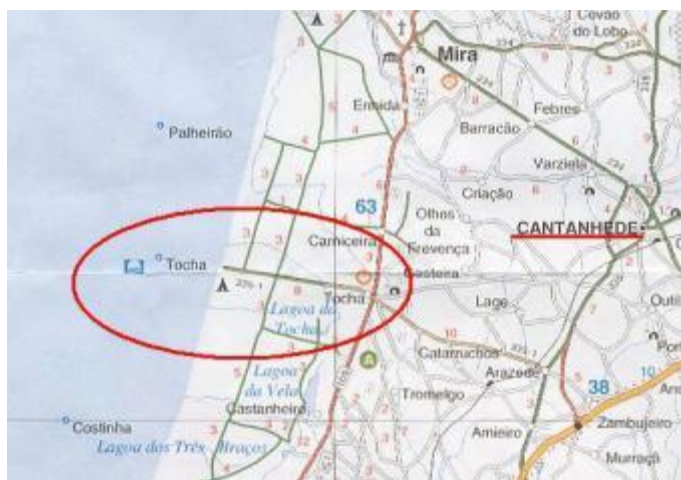
Adaptado de: Neto, 2013, pp.204-205.

## Enquadramento geográfico

A Freguesia da Tocha localiza-se na região Centro, no concelho de Cantanhede. Localiza-se no coração da Gândara, sendo a maior freguesia do concelho e a que situa mais a oeste.

A região da Gândara situa-se a faixa costeira compreendida, grosso modo, entre Vagos e Figueira da Foz. Distribui-se, assim, por cinco concelhos: Vagos, Figueira da Foz, Mira, Cantanhede e Montemor-o-Velho. Por outras palavras, circunscrevem-na a sul o Cabo Mondego, a leste os campos do Mondego e a zona vinhateira da Bairrada; a norte Ria de Aveiro e a oeste o Oceano Atlântico.

A freguesia da Tocha, confina a norte com o concelho de Mira e a sul com a freguesia de Bom-Sucesso, do concelho da Figueira da Foz. A nascente faz fronteira com Arazede, do concelho de Montemor-o-velho e a poente encontra-se o Oceano Atlântico.



**Figura 6: Localização da Vila da Tocha**

Tem uma área de 78,84 Km<sup>2</sup>, estendendo-se pelos lugares de: Andrades, Barrins de Baixo e Barrins de Cima, Berlengas, Bracial, Cadaval, Caetanas e Caniceira, Casal do João, Catarinões, Cochadas, Escoural, Fonte Martel, Fonte Quente, Inácios, Lagoa dos Bois, Morros, Pereirões, Povoeiras, Praia da Tocha, Queixada da Raposa de Baixo e Queixada da Raposa de Cima e Tocha.

## Demografia e Equipamentos Sociais

A Freguesia da Tocha é uma freguesia portuguesa localizada na região Centro de Portugal, distrito de Coimbra, mais concretamente no concelho de Cantanhede, onde residem atualmente 3 992 habitantes (Censos 2011).

Apresenta uma densidade populacional de 50,9 habitantes por km<sup>2</sup>.

### FREGUESIA DA TOCHA

<b>População Residente Total</b>	<b>3992</b>
<b>População Residente Mulheres</b>	<b>2106</b>
<b>População Residente Homens</b>	<b>1886</b>
<b>Famílias</b>	<b>1504</b>
<b>Alojamentos</b>	<b>2919</b>
<b>Edifícios</b>	<b>2401</b>

Fonte: INE, Censos 2011.

A freguesia é servida pelas mais variadas valências, das quais se destacam:

equipamentos escolares: Biblioteca – Tocha (sede da Junta de Freguesia);  
Biblioteca de praia–Praia da Tocha e dois Jardins-de-infância (Tocha e Pereirões)

agrupamento de Escolas Gândara-Mar: Pré-Escolar ,1º CEB, 2º e 3º CEB / Secundário, Cursos EFA;

equipamentos de saúde: Extensão de Saúde – Tocha, duas Farmácias e o Centro Medicina de Reabilitação da Região Centro Rovisco Pais;

equipamentos desportivos: Pavilhão Gimnodesportivo – Tocha, Complexo Desportivo da Tocha, Polidesportivo – Caniceira, Polidesportivo – Praia da Tocha, Polidesportivo – Cochadas, Campo de futebol – Caniceira, Campo de futebol – Cochadas;

instituições de acção social: Associação de Desenvolvimento e Progresso e Vida da Tocha, Lar, Centro de Dia, Apoio Domiciliário, Creche, ATL;

transportes e vias de comunicação: Transporte escolar, Táxi, Carreiras (Joalto), EN 109 (Leiria-Aveiro), Autoestrada A17 (Marinha Grande-Aveiro), Via regional (Cantanhede-Tocha);

outros: Recolha de Lixo Orgânica e Selectiva, Três Postos de abastecimento de combustível, Quatro Balcões bancários com serviço de ATM, Posto de CTT, Posto da GNR, Bombeiros Voluntários de Cantanhede - Secção da Tocha, Parque de campismo, Parque de Merendas – Escoural, Parque de Merendas – Praia da Tocha, Parque de Merendas – Cochadas, Parque de Merendas – Berlengas, Serviço internet – Tocha (sede da Junta de Freguesia), Estação de tratamento de águas residuais – Tocha, Estação de tratamento de águas residuais - Praia da Tocha, Cemitério – Tocha, Cemitério –Caniceira.

### **Economia – Principais Atividades**

As principais atividades económicas da vila estão ligadas à agricultura e à criação de gado, à indústria e à construção civil. Na agricultura e criação de gado destacam-se a produção de milho, batata, feijão e de leite como as principais actividades agrícolas.

Ao nível de indústria salienta-se a fábrica de empacotamento e de fabrico de produtos laticínios pertencente à Lacticoop, uma das maiores empresas portuguesas do sector. Para além disso, existe ainda uma zona industrial, que entre várias empresas de vários setores, oferecem emprego a centenas de pessoas.

A construção civil, apesar de toda a crise que atravessou e ainda atravessa o setor, mantém-se como um grande pólo empregador para as gentes da freguesia.

Merece também destaque o Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro - Rovisco Pais, localizado na parte sul da freguesia. Este centro está vocacionado para a prestação de cuidados de reabilitação, readaptação e reintegração sócio-profissional das pessoas portadoras de deficiência e para o desenvolvimento de atividades de ensino e investigação. Este espaço também funciona como gerador de emprego, quer seja menos qualificado ou mais qualificado.

Ao nível do artesanato e para não esquecer a manufactura do passado, permanecem vivas as artes de confecção de abanos de penas de albatroz, apanhadas nas areias da Praia da Tocha, de miniaturas dos Palheiros da Praia da Tocha e de pintura à mão de peças em barro e azulejos do sr. Guerra. No que diz respeito aos painéis de azulejo, podemos admirar alguns exemplares nas paredes exteriores da capela da Praia da Tocha.

### **Festividades**

Na Freguesia, realizam-se festas em honra de São João, na Praia da Tocha, de 23 a 25 de Junho, culminando com o Banho Santo às 6h da manhã, do dia 24 de Junho.

No dia 9 de Julho as comemorações da elevação de Tocha a Vila.

Realizam-se igualmente festividades em Cochadas, no Escoural, na Caniceira e em Berlengas.

### **Património**

#### **Gastronomia**

Da gastronomia local, destacam-se a batata assada na areia com bacalhau e a sardinha na telha, sendo a última acompanhada com batata a murro, broa de milho ou torta, uma espécie de broa achatada recheada, normalmente, de chouriço.

Nos enchidos regionais, o chouriço goza de um protagonismo ímpar: os pequenos e suculentos pedaços de carne de porco mergulhados em vinho tinto caseiro, alho e sal por vários dias, assim que começam a ganhar o perfume da marinada, são dourados em azeite, marcando posição nas casas de petiscos locais. Fumada com ramos de pinho verde, o chouriço é apreciada crua, cozida, frita, assada no borralho ou em água-ardente, conferindo o seu intenso aroma aos pratos que têm o privilégio de a integrar.

### **Património Edificado**

O património edificado que mais se destaca na freguesia é o seguinte:

- Igreja de Nossa Senhora da Tocha;
- Capela da Caniceira;
- Capela da Praia da Tocha;
- Capela das Cochadas;
- Moinhos de água das Cochadas;
- Cruzeiro no largo da feira;
- Casas gandaresas;
- Quinta da Fonte Quente.

### **Igreja de Nossa Senhora da Tocha**

De realçar que a Igreja de Nossa Senhora da Tocha se encontra classificado como Imóvel de Interesse Público. De planta longitudinal, mas de volumes não coincidentes entre o exterior e o interior, a igreja da Tocha pauta-se por uma enorme depuração, numa linguagem de tradição chã que esconde a riqueza e a exuberância decorativa do espaço interno.

A fachada principal, em empena, é delimitada por pilastras nos cunhais, encimadas por pináculos, e aberta por portal de verga reta com cornija, ligado ao janelão do coro, e em cujo eixo se rasga, ainda e já na base da empena, um óculo.

No interior, a nave é revestida por 10 painéis de azulejo azuis e brancos, datáveis de cerca de 1763, havendo ainda vários elementos a destacar, nomeadamente a imagem da Senhora a Atocha, uma obra já seiscentista.

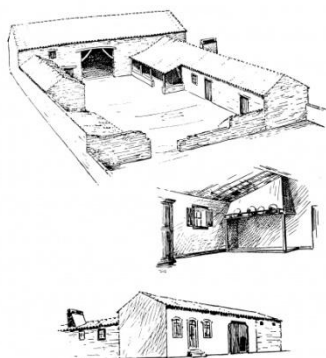
Há ainda na igreja uma boa imagem quinhentista de Santo Antão.

### **Casa Gandaresa**

O modelo da casa gandaresa levou cinco séculos a amadurecer e a apurar-se, sem interferências de outras culturas que o descaracterizassem, salvo as influências de tradição mourisca e a incorporação de elementos renascentistas, que lhe acrescentou encanto e elegância. Confirmando a vida sóbria e serena do campo, ela nasce fruto duma sólida sabedoria, assente nas sucessivas gerações e numa relação harmónica com a paisagem e os elementos.

A casa gandaresa encontra remota filiação na casa árabe. À arquitectura do granito, que se desenvolve em altura, o sul contrapõe um espaço térreo, organizado em planta centrada, aberto para o interior, recorrendo a alvenarias de terra crua e cozida. É portanto uma casa-pátio, de nítida filiação árabe, cujos materiais originários seriam o adobe, a telha caleira e a madeira de pinho. Parece haver, no entanto, no pátio andarês, um remoto eco dos espaços interiores romanos, sobretudo da casa rural romana, e que se viram revividos nos claustros românicos de grande número de conventos. (Reigota, 2000, p.269).

A casa integra-se na paisagem e quase se funde com ela. Daí que passe muito despercebida. A casa é como quem a habita: humilde, serena, integrada, funcional e



**Figura 7: Casa Gandaresa**

feliz. A construção em adobe, de tradição ancestral, produziu em si, em termos sociológicos, uma contradição aparentemente insanável. Se os nossos antepassados apreciavam a construção em terra pelo seu carácter confortável e quente, puro e consonante com a terra a que se sentiam ligados, mais recentemente, as gentes, sobretudo as mais pobres, sentiam-se nela presas e envergonhadas, como num arcaísmo que se lhes afigura

obstáculo às aspirações sociais de consumo, ostentação e afirmação, em subserviência às imagens materiais do progresso moderno. (Neto, 2013, p.167).

Um olhar mais atento para este modo de habitar, revela-nos um tesouro que se vai desvendando, mas que se sabe fugaz. Qual espécie em vias de extinção, dentro de anos não restará de pé um único exemplar, redundando em perda de memória e dum património colectivo que, pese embora a sua despojada aparência, guarda uma enorme riqueza que se vai dissipando.



## **CAPÍTULO 4 - PATRIMÓNIO NATURAL DA FREGUESIA DA TOCHA**



## **Património Natural da Freguesia da Tocha**

Neste capítulo vamos identificar o o património natural da freguesia da Tocha. Numa primeira parte o património não classificado e numa segunda parte apresenta-se o património natural que é classificado no âmbito da Rede Natura 2000. Deixaremos este para o final para que se possa destacar e realçar a importância que ele assume para a freguesia.

### **Património Natural não classificado**

De entre o vasto património natural da freguesia, não classificado, destaca-se a Praia da Tocha, a praia do Palheiro, a floresta que contém vários charcos, a vala da Levadia e as lagoas, dos Bois e a dos Almadouros.

#### **Praia do Palheiro**

Alguns quilómetros a Norte da Praia da Tocha, reside intacta a Praia do Palheiro, autêntico refúgio com um enquadramento ambiental de excepção. Oficialmente reconhecida como Praia Dourada, a Praia do Palheiro estende-se por vários quilómetros de areais intactos, entre o ondulado das dunas contíguas a uma imensa mancha florestal e o horizonte infinito do azul do mar. Para quem deseja um contacto íntimo e solitário com uma paisagem imaculada vale bem o esforço de uma viagem em que é necessário superar condições de acesso pouco favoráveis. (Fonte: Junta de Freguesia da Tocha).

#### **Praia da Tocha**

A Praia da Tocha é de facto um dos lugares mais procurados pelos turistas dada a qualidade das suas areias e águas. No entanto, esta estância balnear teve origem num centro piscatório, criado em meados do século XVII. Dadas as variações climáticas, os pescadores, para resistirem à constante movimentação das dunas, ergueram

habitações sobre alta estacaria, em construções palafíticas, os antigos "Palheiros", hoje recuperados e reproduzidos em miniatura.

A pesca artesanal, a arte xávega, desenvolveu-se aqui com embarcações que se afastavam até duas ou três milhas da costa. Desde sempre, quando os pescadores regressavam, faziam-se acompanhar por uma rede-saco repleta de peixe, estabelecendo-se um agradável convívio entre pescadores, banhistas e frequentadores desta bela praia oceânica, pois o peixe era leiloado, depois de retirado o sustento dos pescadores, é claro.

A rede da Xávega é composta por um saco terminal, bastante amplo, com malha apertada onde os peixes ficam prisioneiros. Dos lados da “boca”, saem duas compridas "mangas" de malha larga, que se prolongam pelos cabos muito compridos.

Há também uma outra forma de pesca, as meijoeiras ou ameijoeiras. Na baixa-mar, fixa-se a rede mar adentro e 24 horas depois, é retirada. Normalmente utiliza-se este tipo de pesca entre Outubro e Março, na pesca do robalo e do sargo.

Esta tradição artesanal, que ainda hoje se aprecia, esteve na origem deste agradável, típico e tranquilo destino de férias. (Fontes: Associação de Moradores da Praia da Tocha e Junta de freguesia da Tocha).

## **Charcos**

Os charcos são pequenas massas de água parada com grande interesse ecológico e elevada biodiversidade. Apesar da sua importância, são ecossistemas desconhecidos e pouco valorizados pela população. Existem vários espalhados pelo interior da floresta, principalmente na parte mais a norte.

Os charcos são sem dúvida importantes recursos, quer sejam educativos ou em contexto do ecoturismo, pois permitem a realização de numerosas actividades de carácter lúdico e científico, como a observação de aves, de anfíbios e outros animais.

Gostaríamos de referir que nestes charcos, espalhados pela área florestal da Tocha se encontram espécies como: Rã verde (*Pelophylax perezi*); Tritão Marmorado (*Triturus marmoratus*); Salamandra de Costelas Salientes (*Pleurodeles waltl*); Cobra de Água Viperina (*Natrix maura*); Cobra Lisa Meridional (*Coronella girondica*). (Fonte: Charcos com Vida e Câmara Municipal de Cantanhede)

### **Vala das Levadias**

Vala que parte da Lagoa dos Teixoeiros, atravessa a floresta e desagua na chamada Lagoa dos Almadoiros, na localidade da Praia da Tocha.

### **Lagoa dos Almadoiros**

A Lagoa dos Almadoiros tem um areal muito extenso com cerca de 3 Km. Apresenta um sistema dunar amplo e virgem. Na parte mais a sul avista-se Vala das Levadias que aqui desagua. Por sua vez a Lagoa dos Almadoiros vai desaguar ao mar.

### **Lagoa dos Bois**

Pequena lagoa que se encontra na localidade com o mesmo nome (Lagoa dos Bois), junto da vila da Tocha.

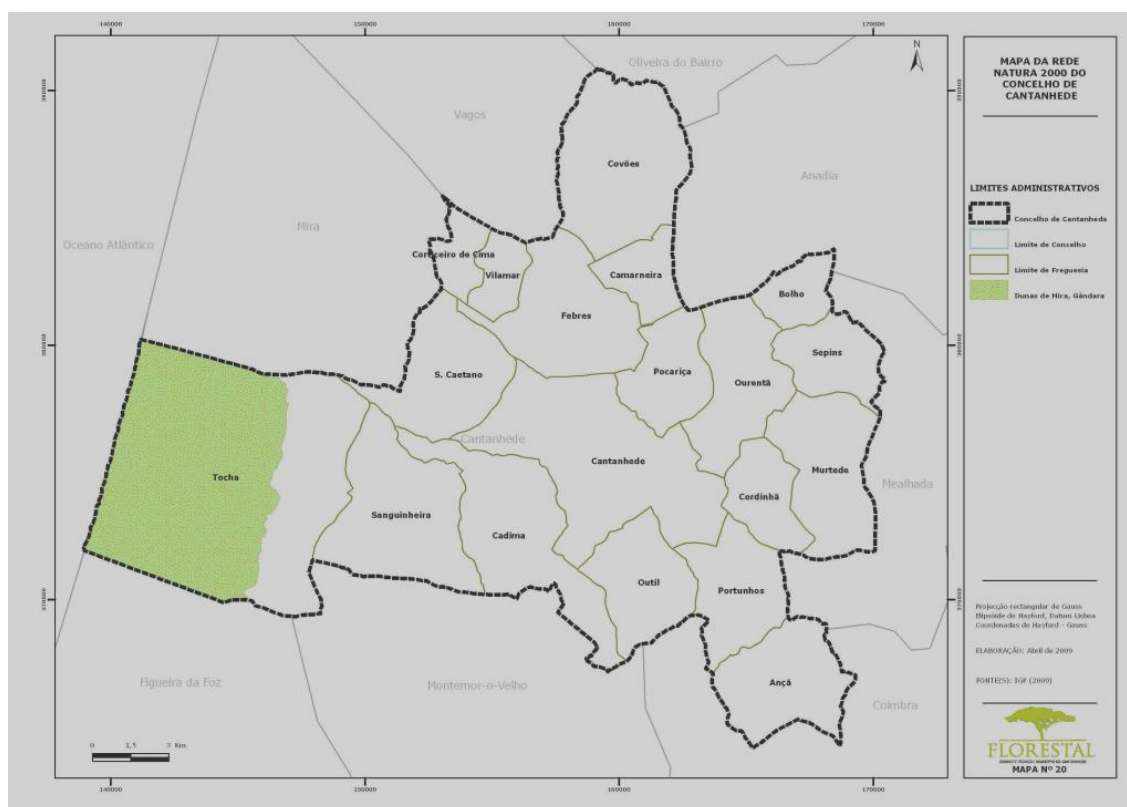
### **Património Natural Classificado**

Uma vasta área da freguesia da Tocha está classificada como Zona Especial de Conservação, integrando o sítio “Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas”. Essa classificação foi aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/00 de 5 de Julho.

As Zonas Especiais de Conservação (ZEC) fazem parte da Rede Natura 2000 e foram criadas ao abrigo da Directiva Habitats, com o objectivo de contribuir para assegurar a biodiversidade, através da conservação dos habitats naturais (Anexo I) e dos

habitats de espécies da flora e da fauna selvagens (Anexo II), considerados ameaçados no espaço da União Europeia. (CMC, 2009, p.46)

Este sítio ocupa uma área total de 20 511 ha, dos quais cerca de 5 276 ha pertencem à freguesia da Tocha, conforme se pode verificar na figura abaixo.



**Figura 8: Área de Rede Natura 2000 da Freguesia da Tocha**

Esta área corresponde a cerca de 21% da área total do Sítio e cerca de 13% da área do concelho.

Este Sítio é constituído por um cordão dunar litoral contínuo, localizado numa planície de areias ocupada por vegetação natural e povoamentos de resinosas. No seu interior existem depressões alimentadas por linhas de água doce. A sua importância no contexto europeu é-lhe conferida pela tipologia das dunas, o bom estado de conservação da duna primária e das dunas longitudinais, e ainda pela especificidade

dos espaços intradunares, aliado ao razoável estado de conservação. (CMC, 2009, p.47)

A Lagoa dos Teixoeiros possui uma área de cerca de 7 hectares. Com uma envolvente natural maioritariamente florestal, destacam-se espécies florísticas e faunísticas diversificadas, sendo a espécie anátidea *Fulica Atra* (Galeirão) das mais observadas.

A Lagoa da Salgueira reparte-se por dois Municípios, Concelho de Cantanhede (freguesia da Tocha) e Figueira da Foz (freguesia do Bom Sucesso), com uma área de cerca de 5 hectares. Esta lagoa possui um rico património natural, florístico e faunístico, destacando-se algumas espécies mais observadas, sendo estas o mergulhão-pequeno, a marrequinha e a galinha-d'água.

Como referido anteriormente, este sítio designa-se “Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas.” Para cada um dos sítios classificados em Portugal, foram criados Planos Sectoriais de Rede Natura 2000 (PSRN2000). Um PSRN2000 é um instrumento de gestão territorial, que visa a salvaguarda e valorização dos Sítios e das ZPE do território continental, bem como a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas. Na sua essência, é um instrumento para a gestão da biodiversidade. Como tal iremos descrever o PSRN2000 que abrange a nossa área de estudo e que se apresenta com o seguinte código: PTCON0055.

Este Sítio compreende uma área de 20511 hectares, incluindo-se na região biogeográfica Mediterrânica e distribuindo-se pelos concelhos de Cantanhede, Mira, Vagos e Figueira da Foz, da seguinte forma:

<b>Concelho</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>% de concelho classificado</b>	<b>% do sítio no concelho</b>
Cantanhede	5257	13%	26%
Figueira da Foz	6964	18%	34%
Mira	6340	51%	31%
Vagos	1969	12%	9%

O Sítio Natura 2000 – Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas caracteriza-se por um cordão dunar contínuo, formando uma planície arenosa com um coberto arbóreo de resinosas (pinheiro bravo e pinheiro manso). A camada arbustiva é dominada por samouco, medronheiro e diversas espécies invasoras de acácias. Ao nível da camada arbustiva é possível encontrar espécies de matos variadas que por vezes surgem em grandes manchas sem a presença de qualquer estrutura arbórea: camarinheira, giestas, urzes e tojos são espécies bastante comuns.

No limite leste desta zona florestal surgem pequenas lagoas abastecidas essencialmente pelo lençol freático (por vezes alimentado também por pequenas linhas de água secundárias). Em relação a este sistema de lagoas é de salientar que a Vela, Braças, Teixoeiros e Salgueira estão ligadas temporariamente ao Rio Mondego e ao Oceano Atlântico, enquanto que a Barrinha de Mira e a Lagoa de Mira encontram-se ligadas à Ria de Aveiro. Toda esta zona é limitada a Norte pela Mata Nacional de Vagos e a sul pela Serra da Boa Viagem (serra costeira com aproximadamente 300 m de altitude). A sua extensão e a ocorrência de habitats / espécies ameaçadas, fazem desta faixa litoral uma das zonas mais importantes da costa portuguesa. O campo dunar inclui dunas frontais (activas e instáveis) e um campo de dunas mais antigas, bem conservadas e consolidadas. (ICNF, 2009).

As depressões húmidas interdunares são características em todo o campo de dunas, estando a sua origem, por um lado relacionada com a proximidade do lençol freático e por outro com uma certa impermeabilidade de solo, o que possibilita a acumulação de águas provenientes da precipitação. A importância sócio-económica deste sítio para as populações locais revela-se ao nível da protecção dos campos agrícolas, manutenção do lençol freático e fornecimento de recursos naturais (madeira, caça, cogumelos, pesca, etc.).

Todos estes factores justificam uma correcta e eficaz protecção e gestão deste local. Para além dos valores intrínsecos deste local, quer ao nível da conservação de recursos naturais, quer ao nível sócio-económico, deve-se salientar que estes tipos de habitats são cada vez mais escassos em Portugal. Na verdade, já não é possível

encontrar zonas com esta extensão, com este nível de conservação e, acima de tudo, com a riqueza faunística e florística deste local. Sendo um sítio dominado pela presença de dunas (62 % da área total), abrange quatro tipos de habitats prioritários, destacando-se, pela sua representatividade (mais de 20 % da área total de povoamentos adultos e cerca de 50 % de povoamentos jovens de regeneração natural), o habitat 2270 – florestas dunares de *Pinus pinaster* e *Pinus pinea*. O habitat prioritário 2190 – depressões húmidas inter-dunares, devido às suas características muito especiais e devido ao facto da sua distribuição geográfica ser muito restrita (quase exclusivo desta zona), é uma das mais valias deste sítio. Este habitat é muito sensível à pressão Humana e é formado por uma série de pequenos planos de água pouco profundos que existem durante o Inverno e Primavera e que, por vezes, conseguem resistir até ao início da época estival. (ICNF, 2009).

Para além de uma flora característica, estes sítios são vitais para a reprodução de todas as espécies de anfíbios existentes na zona e essenciais para a sobrevivência de inúmeras espécies de aves e mamíferos. Salienta-se também a ocorrência de outro habitat (habitat 2170 – dunas com *Salix arenaria* – 2 % que é muito importante, pois além da sua singularidade, contribui para a diversificação do coberto florístico e é essencial para diversas espécies de fauna. Para além da ocorrência destes habitats, é de salientar os diversos tipos de habitats associados às 6 lagoas de origem natural que se distribuem ao longo de uma faixa de transição entre o actual campo de dunas e um campo de dunas mais antigo que existe a leste do sítio.

Estas lagoas, apesar de serem de pequena dimensão, são muito importantes na preservação de habitats ripícolas únicos, importantes locais de nidificação de aves aquáticas, essenciais à preservação da lontra e do lagarto de água, bem como vitais para a agricultura. Um dos outros habitats que ocorre neste sítio, é o habitat prioritário 3170 – charcos temporários mediterrânicos.

Este habitat, revela-se bastante importante na manutenção da diversidade dos sistemas florestais, sendo também importante para a reprodução de diversas espécies animais. Nas espécies vegetais destaca-se, igualmente, a presença de *Limonium multiflorum* e *Iberis procumbens* ssp. *microcarpa* as quais se encontram no seu limite

norte de distribuição a nível nacional, sendo ambas consideradas como vulneráveis na Convenção de Berna. Evidencia-se a presença de *Spiranthes aestivalis*, constante do Anexo IV da Directiva “Habitats” e tida como em perigo de extinção na convenção de Berna, sendo este, sendo este, e por esta razão, um sítio importante para a sua conservação, a nível nacional. (ICNF, 2009)

Elaborámos então, uma lista das espécies da fauna e da flora que marcam presença neste território, que mostramos de seguida:

### **Flora**

*Iberis procumbens* ssp. *microcarpa*, *Limonium multiflorum*, *Myosotis lusitanica*, *Silene longicilia*, *Thorella verticillatumdata*, *Verbascum litigiosum*, *Iris lusitanica*, *Narcissus bulbocodium*, *Ruscus aculeatus*, *Senecio lagascanus* ssp. *lusitanicus*, *Spiranthes aestivalis*, *Ulex densus*.

### **Fauna**

*Coenagrion mercuriale*, *Lampetra planeri*, *Petromyzon marinus*, *Mauremys leprosa*, *Lacerta schreiberi*, *Lutra lutra*, *Alytes obstetricans*, *Bufo calamita*, *Discoglossus galganoi*, *Hyla arborea*, *Pelobates cultripes*, *Rana iberica*, *Rana perezi*, *Triturus marmoratus*, *Genetta genetta*, *Herpestes ichneumon*, *Mustela putorius*, *Eptesicus serotinus*, *Pipistrellus pipistrellus*, *Plecotus auritus*.

## **CAPÍTULO 5 - ANÁLISE DAS ENTREVISTAS**



Neste estudo, para poder recolher informação sobre o território e património natural da freguesia da Tocha e do concelho de Cantanhede, recorreu-se à realização de duas entrevistas semi-estruturadas (apêndices I e II) ao Presidente da Junta de Freguesia da Tocha e ao Presidente de Câmara Municipal de Cantanhede. As entrevistas foram agendadas previamente por via telefónica e eletrónica.

A colaboração destes atores, com responsabilidades sobre o território em estudo revelou-se de extrema importância. De forma a melhorar a organização da análise das entrevistas semi-estruturadas estas foram transcritas integralmente. Presidente da Junta de Freguesia (apêndice I), Presidente da Câmara (apêndice II).

Para proceder à sua análise foi criada uma grelha de análise de conteúdo onde se explicitam as suas categorias e subcategorias, bem como unidades de registo onde se transcrevem as citações mais relevantes, para esta análise, referidas pelos dois entrevistados (apêndice III).

As categorias e subcategorias consideradas, e constantes da matriz de análise são as seguintes:

**Categoria 1 – Informação sobre o território**

- a) Dados demográficos
- b) Dados socioeconómicos

**Categoria 2 – Conhecimento do património natural**

- c) Património classificado
- d) Património não classificado
- e) Importância do património natural para o desenvolvimento

**Categoria 3 – Uso e conservação do património natural**

- f) Uso por parte da população
- g) Actividades dinamizadoras do património natural
- h) Parcerias locais

Assim, de seguida apresenta-se uma análise das entrevistas, com base na categorização atrás apresentada.

## **Categoria 1**

### **Informação sobre o território**

Nesta categoria pretendemos ter um maior conhecimento da área em estudo e das principais atividades a que se dedicam as pessoas que habitam neste território.

#### ***a) Dados demográficos***

O único dado relevante relativamente a esta categoria, foi-nos fornecido pelo presidente da câmara de Cantanhede, quando nos diz que “O concelho de Cantanhede abrange (...) nele habitando 36.574 habitantes”, segundo os Censos 2011. Gostaríamos aqui de realçar que o PC de Cantanhede, se apresentou com uma lista de dados do concelho aquando da realização da entrevista. Consideramos importante alertar para esse facto, pois os dados apresentados nesta transcrição são todos recolhidos através dessa entrevista, embora nessa parte sejam apresentados como uma tabela.

#### ***b) Dados socioeconómicos***

As principais atividades económicas do concelho, pelas quais se distribuem as 16106 pessoas que constituem a população activa do concelho, são “a agricultura e pecuária, os serviços, a indústria metalomecânica e a biotecnologia. Na agricultura, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede (PC) destaca a vitivinicultura, pois garante que ela “dá maior notoriedade ao concelho, fruto do reconhecimento que a qualidade dos seus vinhos alcançou como verdadeiro *ex-libris* da Região Demarcada da Bairrada.” Um pólo bastante importante é o Biocant Park, “o primeiro parque de biotecnologia de Portugal, empreendimento pioneiro que está na vanguarda de atividades I&D no domínio das ciências da vida. Cerca de 30% das

entidades e empresas do sector estão sedeadas neste pólo de *I&D* que reúne a excelência da investigação da Universidade de Coimbra e da Universidade de Aveiro no campo das ciências da vida.”

Fazendo a distribuição da população por setores, verificamos que: 5,3 % no sector primário, 29,2% no secundário e 65,5 % no terciário”. Realce também para a taxa de desemprego: 8,5 %.

Destacamos ainda o PIB *per capita* do concelho que se situa nos 15.600 euros, conforme nos indica o PC.

Na freguesia da Tocha, há uma grande concentração de trabalho na agricultura e na construção civil. No entanto, começa a diversificar-se a oferta de emprego, pois segundo nos diz o Sr. Presidente de Junta de Freguesia (PJF), verifica-se o “caminhar das pessoas para os serviços, nomeadamente para a indústria. Se repararmos que na Zona Industrial neste momento trabalham cerca de 200 e muitas pessoas.” Merece destaque também o Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro – Rovisco Pais. Trata-se de um pólo muito importante no que toca à oferta de emprego na localidade, pois como nos refere o Presidente da Junta “o hospital está a ser um fenómeno de crescimento a gerar emprego, quer em pessoas menos qualificadas, quer em pessoas mais qualificadas. Portanto estão a vir aqui para a nossa região médicos, fisioterapeutas, enfermeiros... O Hospital, neste momento engloba também 300 e muitas pessoas.”

## **Categoria 2**

### **Conhecimento sobre o Património Natural**

Esta categoria pretende avaliar o quanto os órgãos de gestão autárquica, na pessoa dos respectivos presidentes, reconhecem o património natural nos seus territórios, nomeadamente aquele que é classificado. Também iremos aqui identificar aquele património natural, que não sendo classificado, pode apresentar-se com potencialidade para ser um meio que traga mais-valias à população. Por fim

pretendemos conhecer a opinião de ambos os presidentes sobre a importância que este tipo de património tem para o desenvolvimento dos seus respetivos territórios.

### *c) Património classificado*

O PC nomeia a Tocha e a Praia da Tocha como sendo “abrangidas pela Rede Natura Nacional”, explicando de seguida o que entende por ela. Refere que esta é um instrumento de gestão territorial de concretização da política nacional de conservação da diversidade biológica”. Percebemos pelas suas palavras que tem conhecimento que existem áreas classificadas no concelho e qual é o instrumento que está por trás dessa classificação. Neste ponto o PC reconhece que este instrumento (a Rede Natura) apela à “salvaguarda e valorização dos sítios e das ZPE do território continental, bem como a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas”. Pelas suas palavras depreendemos que reconhece a Rede Natura como mecanismo essencial à proteção do património natural e da biodiversidade, e que a sua existência se traduz na valorização dos territórios concelhios por ela abrangidos. Para além disso, salienta também a importância que a Rede Natura desempenha na própria gestão do espaço e da vida que ele alberga, como podemos verificar nas suas palavras: “Na sua essência, é um instrumento muito importante para a gestão da biodiversidade.”

Já o PJF, quando confrontado com a mesma pergunta, diz somente: “estamos a falar da floresta?” Limitou-se a falar da floresta referindo que “existe uma comissão de partes que tem a missão de gerir a floresta.” Se é verdade que a zona da floresta, aquela parte mais junto à Praia da Tocha está incluída na Rede Natura 2000, ficou por referir que existem outras zonas na vasta área da freguesia da Tocha que estão também inseridas e neste sítio de Rede Natura. Por exemplo, não foram referidas as lagoas da Tocha (Teixeiros e Salgueira), as quais desempenham um papel muito importante na conservação e salvaguarda da biodiversidade da freguesia, sendo por isso mesmo inseridas na área da Rede Natura acima mencionada. Existirá algum

desconhecimento por parte da direção da junta de freguesia de todo o território abrangido pela Rede Natura.

***d) património não classificado***

Quando falamos de património natural não classificado, o PC remete-nos para as lagoas Coadiçais, em Febres, a lagoa do Montinho, as praias fluviais dos Olhos da Fervença e das Sete Fontes. Assegura que a Câmara Municipal de Cantanhede garante todos os mecanismos de proteção e salvaguarda, “no pressuposto de que se trata de um património valiosíssimo do ponto de vista do ordenamento do território e que é essencial para os padrões de qualidade de vida que a autarquia está empenhada em facultar aos cidadãos.” Percebemos que há a noção da importância que estes espaços do património natural concelhio têm para o território e para quem nele habita. O PC enumera algumas das intervenções municipais em áreas naturais do concelho, como a “valorização das linhas de água, a recuperação de moinhos d’água e suas envolventes, sem esquecer os investimentos na requalificação dos espaços públicos, jardins e outros recintos em zonas urbanas, sempre com um enfoque muito grande nos espaços verdes.” É focado ainda o parque da cidade que tem sido alvo de uma grande intervenção nos últimos anos, e que de quase deserto e a servir quase exclusivamente de parque de estacionamento, se tornou um grande jardim, repleto de árvores e espaços verdes. Como nos refere o PC, “o Parque de S. Mateus que está a consolidar-se para ser o verdadeiro pulmão da cidade de Cantanhede.”

***e) Importância para desenvolvimento (em todas as suas vertentes: económica, social, cultural...)***

Podemos verificar que ambos consideram que as áreas naturais são importantes para o desenvolvimento dos seus territórios. O PC considera que “Preservar e valorizar áreas naturais é sempre um bom investimento do ponto de vista do desenvolvimento das comunidades...” e que o Município de Cantanhede desenvolve ações que visam essa valorização e essa preservação.

O PJF assegura que, e falando sempre e apenas na floresta que não deixa de ser um imenso património natural, “Contribui para o desenvolvimento económico da nossa freguesia...” Acrescentou ainda que esse desenvolvimento se realiza e concretiza “de uma forma sustentável...”, referindo mais uma vez a Comissão de Compartes, realçando o papel que esta tem na gestão florestal da freguesia. Parece-nos que as respostas aos temas colocados, principalmente sobre a identificação e importância das áreas naturais, foram sempre interpretadas apenas tendo em conta a floresta. Não houve nunca uma referência, por mais pequena que fosse, à Praia da Tocha, que é o maior pólo turístico da freguesia. E como é óbvio, trata-se de uma grande área de património natural, não só da freguesia, como de todo o concelho.

Podemos então constatar que o PC referiu este espaço como área natural de vital importância para o concelho, e alguns quilómetros a oeste (na freguesia), o PJF não faça referência a ela.

### **Categoria 3**

#### **Uso e conservação do património natural**

Nesta categoria pretendemos conhecer a opinião dos presidentes da junta de freguesia e da câmara, no que toca ao uso que as populações locais fazem do património natural das suas terras. Na mesma linha tentamos aferir que atividades são realizadas para dinamizar e divulgar o património natural. Por fim, perceberemos se existem parcerias entre as instituições locais para a dinamização e divulgação de atividades relacionadas com o património natural.

#### ***f) Uso por parte da população***

Ao nível concelhio, é-nos assegurado, pelo PC que, à semelhança do resto do país, onde felizmente se está a generalizar a prática de atividades ao ar livre e de contacto

com a natureza, também em Cantanhede a “população desfruta dos espaços naturais do concelho que têm condições para isso.” Analisando o que é aqui referido, percebemos também que nem todos os espaços naturais do concelho de Cantanhede, segundo o autarca, apresentam condições para que as pessoas locais e os visitantes, possam usufruir deles.

Na freguesia, quando é colocada esta questão, é interpretada de forma algo inesperada por parte do PJF. Enquanto que o PC refere que a população usa, desfruta dos espaços naturais, isto é, vai a esses locais, praticando algum tipo de atividade que lhe traz conforto e alegria, o PJF indica-nos apenas o benefício financeiro que o património natural traz à população. Ainda e sempre falando da floresta, o PJF relata que a recente instalação de um parque eólico trouxe grandes benefícios à freguesia e às suas gentes. Diz-nos mesmo que todo o rendimento obtido com a renda paga pelo parque eólico à Comissão de compartes, esta “tem o cuidado de o investir na freguesia e nos bens para a população. As populações vão usufruir dele.” O PJF insiste mesmo nesta ideia de que este rendimento “...tudo isso é investido na freguesia. A receita desta gestão é entregue à comunidade.”

Depois refere ainda mais dois exemplos dos benefícios que são trazidos à freguesia pelos dividendos retirados do parque eólico. Primeiro que a comissão de compartes entregou “uma ambulância ali ao Centro de Medicina do Rovisco Pais.” Outro dos exemplos prende-se com o parque de merendas da localidade, que foi destruído por um temporal. O PJF assegura que “vamos fazer um novo parque de merendas. A comissão intervém, contribui para colocar novas árvores, fazer casas de banho... há um bom intercâmbio entre as partes da localidade”.

### ***g) Actividades dinamizadoras do património natural***

Pelo que nos foi dado a perceber, o município de Cantanhede promove ações que têm em conta a valorização do território, numa perspectiva de promoção turística. Estas ações são, conforme relatado pelo PC, “orientadas para a valorização e sustentabilidade dos recursos e de ações concertadas em vários eixos de intervenção,

um dos quais diz diretamente respeito ao reforço da identidade patrimonial e ambiental, aspetos que, como se sabe, são absolutamente determinantes ao nível da promoção turística.”

Ainda no que diz respeito ao município, ao nível da participação neste tipo de atividades, verificamos que esta passa muito pela mobilização das escolas e dos seus alunos. Ao longo do ano, diz-nos o PC, há “imensas atividades, por exemplo no âmbito da semana do ambiente ou da semana da floresta, entre outras iniciativas que promovem o contacto de crianças e jovens com o ambiente natural e a biodiversidade com atividades lúdicas e pedagógicas.” Verificamos que as atividades existentes destinam-se, na sua maioria à comunidade escolar, à população mais jovem, deixando um pouco de lado as outras faixas etárias.

Na freguesia da Tocha também existem actividades no património natural, conforme nos foi transmitido pelo PJF. Estas atividades são mais visíveis e frequentes no circuito ciclo-pedonal, que liga a zona do parque das merendas, junto à zona industrial, à Praia da Tocha. Como é dito na entrevista “Temos um circuito grande ... onde se promovem caminhadas.” Gostaríamos de mencionar que não foi relatado quem realiza ou promove estas atividades. Podemos apenas supor que serão associações locais.

Para além das caminhadas, o PJF indica que também se promovem provas de BTT, mas mais uma vez não indica quem as promove, como podemos verificar nas suas palavras: “Ainda este fim de semana houve aí uma associação que fez uma prova de BTT, 34 quilómetros. Em forma de passeio. Normalmente são realizadas atividades por iniciativa de associações locais.

Além de tudo isto, consideramos muito importante, algumas palavras em jeito de conclusão sobre este assunto que nos deixa o PJF: “. Nos dias de hoje, nós não podemos imaginar, nem ter a veleidade de pensar que vêm para aí grandes fábricas... a economia, a melhor forma de desenvolver a economia local, é atrair pessoas à nossa terra.” Ora, verificamos aqui que a aposta no desenvolvimento através do património natural deve ser considerada e estimulada.

***h) Parcerias locais***

A Câmara Municipal de Cantanhede concede apoios às juntas de freguesia e às associações locais para a realização de atividades que elas próprias promovem. Tratam-se essencialmente de apoios financeiros, como subsídios.

O PC refere que “Há muitos projetos e atividades desenvolvidas pelas juntas de freguesia e pelos agentes socioculturais locais que mobilizam as comunidades locais para a fruição desse património. Isso é recorrente, quer em atividades pedagógicas mais orientadas para as crianças quer outro tipo de iniciativas de carácter social em contextos naturais convidativos para esse efeito.”

O mesmo se passa na Tocha. O PJF refere que estas atividades são “normalmente realizadas por iniciativa de associações locais”, mas não especifica de quem se trata. De qualquer forma estas atividades desempenham um papel importante para a freguesia, pois garante-nos o PJF, “são uma fonte de atração de pessoas que de outra forma não visitariam a freguesia da Tocha.”



## **CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**



## **Conclusões e recomendações**

Em consonância com os objetivos definidos para este trabalho, apresenta-se um conjunto de conclusões e recomendações decorrentes da investigação efectuada, quer na revisão de literatura, quer no trabalho empírico.

O património natural assume-se, como um importante recurso endógeno para o desenvolvimento local sustentável, nas suas vertentes ambiental, social, cultural e económica, podendo contribuir de forma significativa para a melhoria da qualidade de vida das populações locais.

O património natural da freguesia da Tocha reúne condições para se constituir como um importante recurso endógeno do desenvolvimento local sustentável da freguesia. Os autarcas entrevistados também reconheceram a sua importância.

O património natural da freguesia da Tocha não está a ter um aproveitamento de acordo com o seu potencial para o desenvolvimento local sustentável. Ou seja não existe uma estratégia autárquica definida, em termos de conservação, dinamização e valorização do património natural local. Em face desta constatação considera-se de extrema importância a criação de uma estratégia local autárquica, que conduza ao uso racional e sustentável destes recursos naturais, contribuindo, assim, para desenvolvimento local sustentável, garantindo por um lado, a conservação dos recursos e por outro a melhoria da qualidade de vida das populações.

Depois do exposto anteriormente, parece-nos pertinente concluir este nosso trabalho com algumas recomendações para o futuro.

Ao nível das lagoas parece-nos essencial que se atue ao nível da proteção e da promoção e valorização das mesmas. Estas vertentes complementam-se e têm que caminhar juntas. Ainda no respeitante às lagoas gostávamos de deixar claro que aproveitando os seus recursos, o que elas têm para nos oferecer, podemos caminhar para o desenvolvimento local, integrando as fileiras do ambiente e sua proteção e as fileiras económicas. Para tal sugerimos que se preste especial atenção a aspectos como:

- ◆ reabilitação dos ecossistemas que se encontram degradados: a degradação em que se encontram algumas lagoas, conduz ao empobrecimento ecológico, económico e social das regiões onde estão inseridas e devem levar as entidades a intervir na requalificação destes espaços;
- ◆ a conservação dos valores naturais: evitar a perda de biodiversidade deve ser a principal missão das comunidades envolvidas nestes processos;
- ◆ o uso sustentável: o uso que as populações fazem destes espaços (pesca, passeios,...), deve ser feito de forma sustentável, podendo e devendo para tal haver uma educação ambiental para toda população e agentes locais;
- ◆ promoção do espaço: nomeadamente ao nível de actividades ligadas à natureza, como sejam caminhadas, passeios de bicicleta, observação de aves, entre outras.
- ◆ educação e sensibilização ambiental: promover a sensibilização e a educação das populações no que diz respeito aos valores destas áreas e às formas de uso sustentável, e portanto compatível com a conservação a participação das populações: é essencial também para que as pessoas sintam o espaço como seu, promovendo o seu interesse e a sua compreensão pelo espaço envolvente.

Parece-nos ainda de extrema pertinência aludir à importância de encontrar uma forma de fazer chegar aos responsáveis políticos esta informação. Consideramos que as pessoas que ocupam os órgãos de gestão autárquica, devem ter um conhecimento profundo do espaço que as rodeia. Até porque também é uma forma de concretizarem actividades nesse espaço, aproveitando para o desenvolvimento da região ao mesmo tempo que o protegem e conservam para as gerações futuras.

É importante salientar e reforçar a ideia de que, para definir estratégias de desenvolvimento de um território, neste caso apostando na quantidade e qualidade

dos recursos naturais existentes na freguesia da Tocha, é necessário conhecer o património natural existente, de forma a garantir a sua preservação. Para tal devem ser efectuados estudos aprofundados destes ecossistemas.

Quando colocamos a tónica na sustentabilidade, verificamos que a diversidade do património natural é importante para o desenvolvimento de atividades que potenciem a economia da freguesia. Assim, poderá funcionar como uma fonte de receitas na promoção do crescimento económico e desenvolvimento social, proporcionando melhor qualidade de vida às gentes locais, criando inclusivamente emprego. Em termos ambientais, há que ter em conta não só a preservação do património, como fomentar a exploração dos recursos de forma regrada, ordenada e sustentada.

Pensamos ainda que a criação de novos produtos ou pacotes ligados ao turismo, se poderá apresentar como solução para a fraca atividade turística nos meses mais frios. Desta forma será possível atrair mais pessoas à região, em todas as épocas do ano.

Neste conjunto recomendamos:

- ♦ visitas pelo património, com a possível criação de uma rota que implique a visita e a passagem pelos vários tipos de património existentes, juntando por exemplo a visita à Igreja, passeio ou caminhada pelas lagoas, prova da gastronomia local, visita a uma casa gandraesa, etc... Tudo isto deve ser feito com recurso a informação fixa (sinais, placas informativas...) ou devidamente orientadas por guias turísticos com formação adequada, permitindo que o turista consiga interpretar facilmente as características do património que visita;
- ♦ *birdwatching* e observação de répteis e anfíbios, a desenvolver nos vastos espaços de concentração de água, nomeadamente nas lagoas da Salgueira e dos Teixeiros, e nos vários charcos existentes na floresta, pois estes espaços são ponto de paragem obrigatório para as aves, além de servirem de abrigo aos restantes;
- ♦ criação de roteiros do património natural, que podem ser complementados, como referido acima, com os restantes tipos de património, que permitam aos

visitantes realizarem a respectiva interpretação da paisagem, para além de serem importantes na chamada de pessoas que praticam o chamado turismo fotográfico;

- ◆ sensibilização e educação ambiental com o propósito de chamar à atenção dos visitantes e da população local para uma mudança de atitudes em relação ao ambiente;
- ◆ divulgação e valorização dos produtos locais e regionais.

Embora exista alguma promoção de marketing e comunicação do património natural da freguesia da Tocha, julgamos que ainda assim, não é suficiente. O desenvolvimento de estratégias de promoção adequadas e bem direcionadas, mais criativas, poderão permitir resultados mais favoráveis, trazendo assim benefícios para o território.

Sugerimos então a criação de um site, que descreva todos os tipos de património da freguesia, as suas valências, as épocas ideais para a visita, as atividades que poderão ser efetuadas, a gastronomia típica e onde se pode encontrá-la, enfim uma descrição completa de tudo o que o património da Freguesia da Tocha tem para oferecer.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**



## Referências Bibliográficas

Albergaria, C. (2006). *Um olhar crítico sobre o conceito e a prática da Reserva Ecológica Nacional*. (Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto). Disponível em: [http://www.estig.ipbeja.pt/~ac\\_direito/Albergaria.pdf](http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/Albergaria.pdf).

Albino, J. & Leão, L. (1997). *Desenvolver desenvolvendo. Práticas e pistas para o desenvolvimento local no alentejo*. Messejana: Esdime.

Álvares, M. (2009). *A Agenda 21 Local Nos Municípios Portugueses*. Braga: Universidade do Minho.

Amaral, N. (2012). *Habitats naturais e seminaturais do Paul de Arzila: cartografia e gestão*. ICNF.

Amaro, R., Henriques, M., & Val, M. (1992). *Iniciativas de desenvolvimento local - caracterização de alguns exemplos*. Lisboa: ISCTE/I.E.F.P.

Amaro, R. (2001). O conceito de desenvolvimento local no quadro da revisão do conceito de desenvolvimento. In *Desenvolver, des(envolvendo) - Reflexões e pistas para o desenvolvimento local* (pp. 155-169). Messejana: Esdime.

Amaro, R. (2004). Desenvolvimento: Um conceito ultrapassado ou em renovação? – da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos*, 4. 35-70.

Andersen, M. (1992). *Para a Crítica da Paisagem*. (Tese de Doutoramento). Universidade de Aveiro, Aveiro.

Associação de Moradores da Praia da Tocha, (2005). *Praia da Tocha: Palheiros da Tocha*.

Associação Empresarial de Portugal [AEP]. (2008). *Turismo de Natureza*. Disponível em: <http://www.aeportugal.pt/Downloads/EstudosAEP/200806TurismoNatureza.pdf>

Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação – uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.

Burnay, M. (2006). O Turismo Sustentável e o Turismo de Natureza - Constrangimentos e Oportunidades. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, no.6 , 167-176.

Câmara Municipal de Cantanhede (CMC), (2009). *Plano Municipal de Ordenamento Florestal. Estudos de Ordenamento para a Área Florestal*. Disponível em: [http://www.cm-cantanhede.pt/mcsite/Media/upload/2012/201212715930\\_PMOF.pdf](http://www.cm-cantanhede.pt/mcsite/Media/upload/2012/201212715930_PMOF.pdf)

Carmo, H. & Ferreira, M. (1998). *Metodologia da investigação – guia para a auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.

Carvalho, N. (2007) *O Ambiente como Problema Social em Portugal*. Lisboa: Agência Portuguesa do Ambiente.

Carvalho, N. (2009). Desenvolvimento Local Sustentável – A Agenda 21 Local como instrumento de política privilegiado para a sua implementação, *Bárlia – Revista Científica sobre Ambiente e Desenvolvimento*, nº 5. 79-94.

Carvalho, N., Lisboa, M., & Roque, A. (2009). *Novas formas de economia e desenvolvimento sustentável. Actas do XV Congresso Internacional da Associação portuguesa de Desenvolvimento Regional*. Cidade da Praia, Cabo Verde.

Castro, J. (2004), *Parque Natural Douro Internacional / Arribes del Duero, Territórios Transfronteiriços – suas dinâmicas*. Braga: Universidade do Minho.

Castro, J. & Martins, F. (2014). *Os empreendimentos turísticos e o turismo sustentável nos Parques Naturais de Montesinho e Douro Internacional*. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, 21/22, 223-225. Disponível em: <https://www.ua.pt/ReadObject.aspx?obj=35000>

Chaves, M. (1994). *A dimensão ecológica do desenvolvimento – elementos de reflexão sobre o conceito de “ecodesenvolvimento”*. *Cadernos de ciências sociais*, 14. 99-115.

Comissão Europeia, (2004). *A Rede Natura 2000 e as Florestas: "Desafios e Oportunidades."* Disponível em [http://ec.europa.eu/environment/nature/info/pubs/docs/nat2000/n2kforest\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/environment/nature/info/pubs/docs/nat2000/n2kforest_pt.pdf)

Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento (W.C.E.D.) 1987/1991, *O Nosso Futuro Comum*. Lisboa: Meribérica/Liber.

*Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de Julho.*

Diegues, A. (1996). *Ecologia humana e planeamento em áreas costeiras*. São Paulo: NUPAUB-USP.

Dorsey, E., Steeves, H. & Porras, L. (2004). Advertising ecotourism on the internet: commodifying environment and culture. *New media & society*, 6, (6). 753-779  
Disponível em: <http://nms.sagepub.com>

European Environment Agency (EEA), (2007). *Europe's Environment - The fourth assessment, Chapter 4 Biodiversity*. EEA, Copenhaga. Disponível em: [http://www.eea.europa.eu/publications/state\\_of\\_environment\\_report\\_2007\\_1](http://www.eea.europa.eu/publications/state_of_environment_report_2007_1).

Fuentes, M., Otón, M., Quintá, F. & Arce, X. (2011). *The Natura 2000 Network in Spain and its lack of protection*. *European Journal of Geography*, 2, (1). European Association of Geographers. Disponível em: [http://www.eurogeographyjournal.eu/articles/2\\_5\\_THE%20NATURA%202000%20NETWORK%20IN%20SPAIN%20AND%20ITS%20LACK%20OF%20PROTECTION\\_FUENTES.pdf](http://www.eurogeographyjournal.eu/articles/2_5_THE%20NATURA%202000%20NETWORK%20IN%20SPAIN%20AND%20ITS%20LACK%20OF%20PROTECTION_FUENTES.pdf).

Hadjimichalis, C. (1994). Global-Local Conflicts: Examples from Southern Europe. In A. Amin & N. Thrift (org.), *Globalisation, Institutions and Regional Development in Europe*. (237-256). Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.

Henriques, P. (2007). *A, B, C das áreas protegidas de Portugal continental*. Lisboa: ICNB.

Hunter, M. & Gibbs, J. (2007). *Fundamentals of Conservation Biology*. Third Edition. Blackwell Publishing.

ICNF, (2009). *Plano setorial da rede natura 2000. Dunas de Mira, Gândaras e Gafanhas*. Disponível em: <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/rn2000/resource/sic-cont/dunas-de-mira-gandara-e-gafanhas>

Ignarra, L. (2003). *Fundamentos do Turismo*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

Lebreton, P. (1971). L'évolution du concept de conservation de la nature. *CIHEAM, Options Mediterraneennes*, 9. 18-25 Disponível em: <http://om.ciheam.org/om/pdf/r09/CI010422.pdf>.

Lidberg, K. & Hawkins, D. (1995). *Ecoturismo: um guia para planeamento e gestão*. São Paulo: Senac.

Loureiro, A. (2000). Pós modernos: uma nova abordagem do desenvolvimento. *Economia e Sociologia*, 69. 165-177.

Mergulhão, L. (1997). Desenvolvimento e ruralidade: alguns aspectos sociológicos. *Economia e sociologia*, 64. 143-156.

Millennium Ecosystem Assessment (2005). *Ecosystem and Human Well-being: Opportunities and Challenges for Bussiness and Industry*. World Resources Institute, Washington, D.C. Disponível em: <http://www.millenniumassessment.org/documents/document.353.aspx.pdf>.

Ministério da Economia e do Emprego (2012). *PENT - Plano Estratégico Nacional do Turismo-Horizonte 2013-2015*. Disponível em: <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/publicacoes/Documents/PENT%202012.pdf>

Mulongoy, J. & Chape, S. (2004). *Protected Areas and Biodiversity: An overview of key issues*. Secretariat of the Convention on Biological Diversity, Montreal and UNEP-WCMC, Cambridge. Disponível em: [http://www.unep-wcmc.org/medialibrary/2010/09/10/b622ad06/protected\\_areas\\_bioreport.pdf](http://www.unep-wcmc.org/medialibrary/2010/09/10/b622ad06/protected_areas_bioreport.pdf).

Nações Unidas, (1992). *Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB)*. Disponível em: <http://www.cbd.int/doc/legal/cbd-en.pdf>.

Neto, C. (2012). *Ambiente e Biodiversidade*. Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. Lisboa: Núcleo CliMA.

Neto, M. (2013). *Tocha. Uma História com Futuro*. Coimbra: Palimage.

Nunes, P. (2010). *Desporto, Turismo e Ambiente - O Turismo de Natureza como Pólo de Atracção Turística Complementar ao Produto Sol & Mar na Sub-região do Litoral Alentejano*. (Tese de doutoramento). Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

Odum, E. (1971). *Fundamentos de Ecologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Pardal, L. & Correia, E. (1995). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Porto: Areal Editores.

Reigota, J. (2000). *A Gândara Antiga*. Figueira da Foz: Centro de Estudos do Mar.

Reis, J. (1992). *Os espaços da indústria - A regulação económica e o desenvolvimento local em Portugal*. Lisboa: Edições Afrontamento.

Reis, J. (1994). *O desenvolvimento local é possível?*. Lisboa: Edição SPER.

Reis, J. (1998a). *Interior, desenvolvimento e território*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Reis, J. (1998b). *Uma nova política pública: o desenvolvimento local. A rede para o desenvolvimento local*. Lisboa: Editora Esperança.

Reis, P. (2012). Desenvolvimento local: o binómio turismo/áreas rurais nas estratégias de desenvolvimento local. *Exedra*, 6. 155-172. Disponível em: <http://www.exedrajournal.com/docs/N6/10-Edu.pdf>

Rita, J. & Mergulhão, L. (1997). Desenvolvimento local em meio rural: que possibilidades? *Revista Economia e Sociologia*, 63. 31-42.

Rodrigues, C. (2002). *Turismo de Natureza - O desporto de natureza e a emergência de novos conceitos de lazer*. Lisboa: ICN.

Sachs, I. (1990) Recursos, emprego e financiamento do desenvolvimento: produzir sem destruir, *Revista de Economia Política*, 10, (1). 111-132.

Sachs, W. (2000). *Dicionário do desenvolvimento. Guia para o conhecimento como o poder*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

Scherl, L. et al, (2006). *As áreas protegidas podem contribuir para a redução da pobreza? Oportunidades e limitações*. Disponível em : <http://www.iucn.org/dbtw-wpd/edocs/2004-047-Pt.pdf>

Secretariat of the Convention on Biological Diversity (SCBD), (2000). *Sustaining Life on Earth: How the Convention on Biological Diversity promotes nature and human well-being*. SCBD, Canada, and UNEP, Switzerland. Disponível em: <http://www.cbd.int/iyb/doc/prints/cbd-sustain-en.pdf>.

Silva, C. (2000). Áreas Protegidas em Portugal: Que papel? Conservação versus desenvolvimento. *Geoinova*, 2. 27-44. Disponível em: <http://fcsh.unl.pt/geoinova/revistas/files/n2-2.pdf>

UCP. (2004). *Agenda 21 na Escola. / Grupo de Estudos Ambientais da Escola Superior de Biotecnologia – Ideias para Implementação*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.

UN (2009). *Agenda 21*. New York: Department and Economic Social affairs Division for Sustainable Development.

Valentine, P. (1992). Review: Nature-based Tourism. In P. Valentine (Ed.), *Special interest tourism* (pp. 105-127). Londres, Reino Unido: Belhaven Press.

Vázquez-Barquero, A. (1995). A evolução recente da política regional. A experiência europeia. *Notas Económicas, Revista da Faculdade de Economia de Coimbra*, 6. 24-39.

Veiga, J. (2005). *Território e desenvolvimento local*. Oeiras: Celta.

Velázquez, J.; Tejera, R.; Hernando, A. & Núñez, M. (2009). Environmental diagnosis: Integrating biodiversity conservation in management of Natura 2000 forests spaces. *Journal of Nature Conservation* 18, 2010. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com>.

World Commission On Environment And Development-W.C.E.D., (1987). *Our common Future*. Oxford: Oxford University Press.

**Sites consultados:**

Junta de freguesia da Tocha. Disponível em <http://www.jf-tocha.pt>

Câmara Municipal de Cantanhede. Disponível em <http://www.cm-cantanhede.pt>

Charcos com Vida. Disponível em <http://www.charcoscomvida.org>



## **APÊNDICES**



## APÊNDICE I

### GUIÃO PARA ENTREVISTA AO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA TOCHA

#### ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

##### Objectivos:

- Identificar o património natural existente
- Caracterizar o envolvimento da população e do poder local no aproveitamento do património natural como via de desenvolvimento

Assuntos	Objectivos específicos	Questões Orientadoras
<b>I – Legitimação da entrevista</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Explicar/informar os objectivos do estudo, da entrevista e a respectiva duração.</li> <li>- Criar um ambiente de empatia entre entrevistado e entrevistador.</li> </ul>	
<b>II – Dados biográficos</b>	- Recolher algumas informações sobre os dados pessoais do entrevistado.	1- Qual o seu nome? 2- Qual a sua idade? 3- Sexo

		<p>4- Qual a sua profissão?</p> <p>5 - Quais são as suas habilitações literárias?</p> <p>6- Há quanto tempo desempenha cargos de gestão autárquica?</p>
<b>III - Dados da freguesia</b>	- Recolher algumas informações sobre a freguesia	7- Quais as actividades económicas que se destacam na freguesia?
<b>IV - Levantamento do património natural da freguesia</b>	- Recolher algumas informações sobre o património natural da freguesia	<p>8 - Existem áreas classificadas na vertente ambiental na freguesia? Quais?</p> <p>9 – Considera importante a classificação e preservação de áreas naturais de elevado valor ambiental?</p> <p>10 – Considera que estas assumem ou podem assumir um papel importante no desenvolvimento da freguesia?</p> <p>11 – E as existentes que não são classificadas? Vê</p>

		alguma com potencial para contribuir para o desenvolvimento da freguesia?
<p><b>V – Participação da população da freguesia no uso e conservação dos recursos naturais</b></p> <p><b>- Papel que a junta de freguesia assume no aproveitamento desse mesmo património</b></p>	<p>- Identificar os motivos de existirem/ não existirem actividades a serem efectuadas no património natural...</p> <p>- Perceber se as pessoas são sensíveis à conservação dos recursos naturais da freguesia.</p> <p>- Conhecer a relação entre a junta de freguesia e as (os atores locais) associações locais com vista ao aproveitamento dos recursos naturais.</p>	<p>12 - O património natural é usado, usufruído pela população local e por quem visita a freguesia?</p> <p>13 - Qual a sua opinião sobre a existência de actividades que dinamizem este património?</p> <p>14 - Entende que a freguesia usa de forma proveitosa o seu património natural?</p> <p>15 - A junta colabora ou realiza actividades/projectos nas áreas de património natural existentes? Se sim, quais?</p> <p>16 - Os projectos/ iniciativas são dinamizados em parceria com as associações locais? Se sim, como avalia o trabalho desenvolvido em parceria, entre a Junta de freguesia</p>

		<p>e as outras entidades locais?</p> <p>17 – A população participa? Que estratégias são utilizadas para promover a participação da população?</p> <p>18 – Existem áreas naturais classificadas noutras freguesias do concelho? Se sim, acha que poderia haver actividades / projectos de valorização e preservação conjuntos?</p>
		<p>- Há algum aspecto que não tenha sido perguntado que queira salientar?</p>
<b>VII - Agradecimentos</b>		

APÊNDICE II

**GUIÃO PARA ENTREVISTA AO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL  
DE CANTANHEDE**

**ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA**

**Objectivos:**

- Identificar o património natural existente
- Caracterizar o envolvimento da população e do poder local no aproveitamento do património natural como via de desenvolvimento

<b>Assuntos</b>	<b>Objectivos específicos</b>	<b>Questões Orientadoras</b>
<b>I – Legitimação da entrevista</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Explicar/informar os objectivos do estudo, da entrevista e a respectiva duração.</li> <li>- Criar um ambiente de empatia entre entrevistado e entrevistador.</li> </ul>	
<b>II – Dados biográficos</b>	- Recolher algumas informações sobre os dados pessoais do entrevistado.	1- Qual o seu nome? 2- Qual a sua idade? 3- Sexo

		<p>4- Qual a sua profissão?</p> <p>5 - Quais são as suas habilitações literárias?</p> <p>6- Há quanto tempo desempenha cargos de gestão autárquica?</p>
<b>III - Dados do concelho</b>	- Recolher algumas informações sobre o concelho	7- Quais as actividades económicas que se destacam no concelho?
<b>IV - Levantamento do património natural do concelho</b>	- Recolher algumas informações sobre o património natural do concelho	<p>8 - Existem áreas classificadas na vertente ambiental no concelho? Se sim, quais e em que freguesias?</p> <p>9 – Considera importante a classificação e preservação de áreas naturais de elevado valor ambiental?</p> <p>10 – Considera que estas assumem ou podem assumir um papel importante no desenvolvimento do concelho?</p> <p>11 – E as existentes que não são classificadas? Vê</p>

		alguma com potencial para contribuir para o desenvolvimento do concelho?
<p><b>V – Participação da população do concelho no uso e conservação dos recursos naturais</b></p> <p><b>- Papel que Câmara Municipal assume no aproveitamento desse mesmo património</b></p>	<p>- Identificar os motivos de existirem/ não existirem actividades a serem efectuadas no património natural.</p> <p>- Perceber se as pessoas são sensíveis à conservação dos recursos naturais no concelho.</p> <p>- Conhecer a relação entre a câmara Municipal, as juntas de freguesia e as (os atores locais) associações locais com vista ao aproveitamento dos recursos naturais.</p>	<p>12 - O património natural é usado, usufruído pela população local e por quem visita a o concelho?</p> <p>13 - Qual a sua opinião sobre a existência de actividades que dinamizem o património natural?</p> <p>14 - Entende que a o concelho e as respectivas freguesias usa de forma proveitosa o seu património natural?</p> <p>15 - A juntas de freguesia colaboram ou realizam actividades/projectos nas áreas de património natural existentes? Se sim, quais?</p> <p>16 - Os projectos/ iniciativas são dinamizados em parceria com as associações locais? Se sim, como avalia o trabalho desenvolvido em parceria,</p>

		<p>entre a Câmara ou as Juntas de freguesia e as outras entidades locais?</p> <p>17 – A população participa? Que estratégias são utilizadas para promover a participação da população?</p> <p>18 – Considera que poderiam haver actividades /projectos de valorização e preservação do património natural conjuntos entre as freguesias do concelho e a Câmara?</p> <p>E ainda freguesias limítrofes doutros concelhos?</p>
		<p>- Há algum aspecto que não tenha sido perguntado que queira salientar?</p>
<p><b>VII - Agradecimentos</b></p>		<p>.</p>

### APÊNDICE III

Transcrição da entrevista audio ao presidente da Junta de Freguesia da Tocha, realizada no dia 3 de novembro de 2014, no edifício-sede da Junta de Freguesia da Tocha.

**Muito boa noite.**

**Chamo-me Paulo Raposeiro e sou aluno de mestrado do curso de Educação de Adultos e Desenvolvimento Local, na Escola Superior de Educação de Coimbra.**

**Nesse sentido, estou a realizar um estudo sobre o património natural e a sua importância para o desenvolvimento local sustentável de uma determinada região.**

**Como sou um orgulhoso “filho” da nossa Tocha, não podia deixar de a eleger como objeto deste mesmo estudo. Assim, agradeço desde já a disponibilidade para a realização desta entrevista, pois ela é muito importante para este meu trabalho. Além disso, o senhor presidente é uma fonte privilegiada de informação respeitante à freguesia.**

**Nesta entrevista falaremos da freguesia em si e dos seus habitantes e também do património natural que ela tem para oferecer.**

**Vamos então começar. Pedia-lhe então que me dissesse o seu nome...**

Completo? Fernando Manuel Monteiro Pais Alves.

**A sua idade?**

52 anos

**Há quanto tempo desempenha cargos de gestão autárquica?**

Presidente da Junta desde há um ano a esta parte. Anteriormente já estava no executivo da Junta de freguesia com o senhor Júlio de Oliveira, onde era o secretário.

**Vamos entrar agora naquela parte onde caracterizaremos mais em pormenor a freguesia. Diga, por favor, quais as actividades económicas que se destacam na freguesia?**

Grande parte da nossa freguesia, aliás como o Paulo sabe, continua a ser a agricultura. Há uma parte ainda bastante significativa na construção civil, mas começa aqui a criar-se um fenómeno. É o caminhar das pessoas para os serviços, nomeadamente para a indústria. Se repararmos que na zona industrial neste momento trabalham cerca de 200 e muitas pessoas... Vamos ali para o Rovisco Pais, o hospital está a ser um fenómeno de crescimento a gerar emprego, quer em pessoas menos qualificadas, quer em pessoas mais qualificadas. Portanto estão a vir aqui para a nossa região médicos, fisioterapeutas, enfermeiros... É evidente que ainda não é a quantidade desejada mas se calhar para lá caminha. O Hospital, aquela Quinta, neste momento engloba também 300 e muitas pessoas. Ou mais. Entre a APPACDM, a SUCH, o Hospital em si, eles têm mais de 400 pessoas de certeza.

Continuamos a ter a Lacticoop. Ainda recentemente estivemos lá numa visita. A Lacticoop tem 140 funcionários, segundo o que nos foi dito.

**E a agricultura? Já não é tão expressiva como anteriormente?**

Não, não... Portanto começa a haver aqui um abandono da terra. Nota-se o envelhecimento da população, os mais novos não se agarram à terra como antes. Se bem que os agricultores começam... Ora bem, o pequeno agricultor desapareceu mas o médio tornou-se grande. Quem se dedicou à agricultura, neste momento, se tinha uma unidade média, tem uma grande.

**Ok, muito bem. Entrando agora mais na parte ambiental, pedia-lhe que me respondesse se existem áreas classificadas na vertente ambiental na freguesia? E se sim, quais?**

Estamos a falar da floresta? Temos a Ren mas isso está definido. A floresta não é explorada de qualquer maneira. Temos os compartes. A nossa comissão de compartes tem a missão de gerir a floresta.

Temos uma equipa de sapadores que faz a manutenção e a prevenção das nossas matas florestais, nomeadamente aqui as da nossa freguesia.

**Considera então importante a classificação e preservação de áreas naturais de elevado valor ambiental?**

Exacto. É muito importante.

E também está a ser feita por outra parte. Houveram várias formações nesse sentido. Nós fomos integrados numa zona vulnerável. Talvez o estudo neste momento não seja o mais indicado. Zona vulnerável porque nós temos areia branca, não é? E há zonas em que o terreno é impermeável e... falámos na agricultura... o pequeno agricultor dantes, mesmo o pequeno tinha 10 cabeças. O que é que acontecia? As águas ficavam contaminadas. Por causa de termos areia branca, foi feito um estudo sobre a utilização de pesticidas e as descargas dos animais. O estudo ainda está a ser feito agora e os resultados que vão ser transferidos para a Comissão Europeia, vão ser que afinal de contas somos uma zona vulnerável, mas não estamos acima dos valores limites estamos abaixo.

**É mau mas não é tão mau assim, é isso?**

Exato. Porquê? Mesmo por esse abandono da agricultura em que o indivíduo se tiver hoje 2 ou 3 animais, a pressão a exercer no meio ambiente é muito mais reduzida. E o estudo vai dar esse resultado.

**No seu entender, estas áreas naturais de grande valor ambiental, assumem ou podem assumir um papel importante no desenvolvimento da freguesia?**

Sim, claro. Contribui para o desenvolvimento económico da nossa freguesia até porque... isto de uma forma sustentável... se amanhã disserem que vão fazer uns lotes por exemplo tem que passar pela comissão de compartes.

**Já agora, pode explicar um pouco isso da comissão de compartes? O que é, para que serve? Não podia ser a junta de freguesia a fazer essa gestão?**

Há 3 formas de gestão: A, B e C. Há uma mista que é o Estado e a Comissão de compartes, depois há uma que podia ser só a parte dos compartes ou podia ser só o Estado. Há estas três vertentes. Acontece que uma das formas era não ser a Comissão e a própria Junta integrar estas decisões. Como tal optámos há muitos anos por esta.

**Ok, obrigado pela explicação. Continuando... onde é que nós íamos? Encontrei. O património natural é usado, usufruído pela população local e por quem visita a freguesia?**

Usufruí, sim. Vamos lá ver. A floresta e este baldio, contribui muito diretamente para a população.

Todo o rendimento que é retirado dos baldios, a Comissão de Compartes tem o cuidado de o investir na freguesia e nos bens para a população. As populações vão usufruir dele. Desde o apoio às coletividades, o rendimento que estamos a usufruir da eólica que é...

**Desculpe interromper, mas essas eólicas também estão num espaço gerido pela comissão de compartes?**

Sim, sim. As eólicas estão num espaço que é dos compartes e que os compartes alugaram entre aspas... Esse rendimento, tudo isso é investido na freguesia. A receita desta gestão é entregue à comunidade.

Um dos exemplos que tivemos ainda agora há meia dúzia de dias foi que a comissão entregou uma ambulância ali ao Centro de Medicina do Rovisco Pais. Tudo isto para a comunidade.

Temos ali um parque de merendas que foi destruído por um temporal e vamos fazer um novo parque de merendas. A comissão intervém, contribui para colocar novas árvores, fazer casas de banho... há um bom intercâmbio entre as partes da localidade.

**Quero agora saber qual a sua opinião sobre a existência de actividades que dinamizem este tipo de património, o natural.**

Temos um circuito grande, ainda o queremos maior e havemos de o conseguir, onde se promovem caminhadas. Ainda este fim de semana houve aí uma associação que fez uma prova de BTT, 34 quilómetros. Em forma de passeio. Calendarizamos atividades com o próprio município. Normalmente são realizadas atividades por iniciativa de associações locais.

**Entende, então que a freguesia usa de forma proveitosa o seu património natural?**

Usa, concerteza que sim.

**OK. Diga-me então, a junta de freguesia colabora ou realiza atividades ou projetos nas áreas de património natural existentes? Se sim, quais?**

Pelo que já foi dito antes, consegue-se perceber que sim. Aliás, nós temos uma opinião. Nos dias de hoje, nós não podemos imaginar, nem ter a veleidade de pensar que vêm para aí grandes fábricas... a economia, a melhor forma de desenvolver a economia local, é atrair pessoas à nossa terra. Estas atividades são uma forma de atrair pessoas. Estiveram cerca de 100 pessoas e nem sequer era uma prova, era um passeio.

Nós temos de ser os primeiros, a junta, tem que ser a primeira entidade a apoiar, para que esta gente sinta que tem alguém que lhe dá apoio. Vieram-nos pedir para fazermos uns pins, mas nós achámos que devíamos fazer mais qualquer coisa e fizemos as camisolas. Isto vai chamar mais pessoas aqui à Tocha.

**Pessoas que se calhar nunca visitariam a Tocha...**

Isso mesmo. Como esta, outras coletividades que organizam este tipo de eventos, nós estamos na primeira linha a apoiar e a incentivar as pessoas. A nossa freguesia ficou mais conhecida graças a este evento. Muitas das pessoas nunca cá tinham vindo visitar a nossa freguesia.

Isto acaba por ser uma indústria. São estas atividades que trazem pessoas à Tocha. Nós temos um exemplo: a nossa feira e o nosso mercado, é conhecido, se calhar em todo o país.

**Estes projetos ou iniciativas são dinamizados em parceria com as associações locais? Se são, como avalia o trabalho desenvolvido entre a junta de freguesia e as outras entidades locais?**

Sim, claro. Como falámos anteriormente estamos sempre disponíveis para apoiar as pessoas que querem fazer atividades. E esse trabalho é bom.

**A população participa nas atividades desenvolvidas? Que estratégias são utilizadas para promover a participação da população?**

Não querendo repetir, a população participa, não só por iniciativa própria, como, também já foi dito, por atividades organizadas por associações locais. Aquele circuito tem uso diário, para dar apenas um exemplo.

**Há algum aspecto que não tenha sido perguntado que queira salientar?**

Penso que está tudo referido. Quer dizer, haverá sempre mais qualquer coisa para dizer, mas...

**Senhor Presidente, agradeço-lhe a disponibilidade. O seu contributo será muito importante para o meu trabalho.**

Assim o espero. E obrigado nós por não esqueceres a nossa terra.

#### APÊNDICE IV

Transcrição da entrevista ao Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede, realizada no dia 22 de maio de 2015, no edifício da Câmara Municipal de Cantanhede.

Muito boa tarde, Sr. Presidente. Gostaria de começar por agradecer a sua disponibilidade e apresentar-me a mim e ao estudo que me trouxe aqui.

Chamo-me Paulo Raposeiro e sou aluno de mestrado do curso de Educação de Adultos e Desenvolvimento Local, na Escola Superior de Educação de Coimbra.

Nesse sentido, estou a realizar um estudo sobre o património natural e a sua importância para o desenvolvimento local sustentável de uma determinada região.

Como sou um orgulhoso “filho” da nossa Tocha, não podia deixar de a eleger como objeto deste mesmo estudo. Assim, agradeço desde já a disponibilidade para a realização desta entrevista, pois ela é muito importante para este meu trabalho. Além de que o senhor presidente é uma fonte privilegiada de informação, no que respeita ao concelho.

Nesta entrevista falaremos do concelho a que preside, dos seus habitantes e também do património natural que ele tem para oferecer.

**Gostava então de começar por pedir que me dissesse o seu nome, idade, profissão.**

O meu nome é João Carlos Vidaurre Pais de Moura, tenho 57 anos e sou Professor Universitário.

**Muito bem. Podia-me dizer quais são as suas habilitações literárias?**

Sim. Sou licenciado em Farmácia pela Universidade de Coimbra, em 1982 e doutorado em Química pela Universidade do Minho em 1994.

**Há quanto tempo desempenha cargos de gestão autárquica?**

Desde há 13 anos. No início de 2002 assumi o cargo de vereador com os pelouros do Desenvolvimento Económico, Urbanismo, Saúde e Cultura e Desporto; em 2005 fui eleito pela primeira vez presidente da Câmara Municipal, a que se seguiu a reeleição em 2009 e 2013. Se me permite, antes de começarmos a falar das questões que traz, gostaria de deixar alguns dados relativos ao concelho que tomei a liberdade de reunir.

**Muito bem. Agradeço a atenção.**

Muito bem. Então vamos lá.<sup>5</sup>

Dados do concelho:

Território: 400 km<sup>2</sup> (390,9)

Habitantes: 36.574 habitantes (2011)

População ativa: 16.106 pessoas

Distribuição da população por setores: 5,3 % no sector primário, 29,2% no secundário e 65,5 % no terciário

PIB Per Capita: 15.600 euros

Principais atividades económicas: Agricultura e pecuária, serviços, indústria metalomecânica, biotecnologia

Taxa de desemprego: 8,5 % em março de 2015

**Zona Industrial de Cantanhede**

- Localização privilegiada relativamente aos nós de acesso da A1, em Murtede, da A14, em Ançã, e da A17, na Tocha e em Leitões, à saída do Concelho no limite Poente;

**Zona Industrial de Murtede**

- Contíguo ao nó de acesso à A1, em Murtede;

**Zona Industrial de Febres**

---

<sup>5</sup> O entrevistado começa então a ler. Para uma melhor compreensão e concentração da informação optámos por colocar os dados em esquema.

- Situada junto à EN 334 Cantanhede/Mira e acesso facilitado à A1, em Murtede, e à A17, em Leitões, no limite Poente do Concelho, e na Tocha;

### **Zona Industrial da Tocha**

- Acesso facilitado à EN 109, à A17, na Tocha, e à Via Regional Cantanhede/Tocha,

**Ok. Agradeço toda a informação, que será muito útil. Falemos então nas perguntas que trago. Quais as actividades económicas que se destacam no concelho?**

Nos últimos quinze anos, o concelho de Cantanhede registou uma significativa evolução da sua base económica com o crescimento das zonas industriais. Com a captação de investimento industrial foi possível dinamizar o tecido económico, aumentando a oferta e a qualificação do emprego. Mais recentemente tem vindo a desenrolar-se um novo processo de valorização da estrutura produtiva para segmentos empresariais inovadores.

A tradição agrícola tem expressão nos elevados índices de produção de batata, leite e recursos florestais, mas é a vitivinicultura a que lhe dá maior notoriedade, fruto do reconhecimento que a qualidade dos seus vinhos alcançou como verdadeiro *ex-libris* da Região Demarcada da Bairrada.

O território é constituído por 14 freguesias, situando-se bem no centro de um triângulo geográfico de notória importância económica e que tem nos seus vértices as cidades de Coimbra, Figueira da Foz e Aveiro. A rede de acessibilidades é, aliás, uma das grandes vantagens comparativas que o Concelho de Cantanhede dispõe para atrair investimento industrial, que entretanto tem registado um significativo crescimento nos últimos anos. Para isso muito tem contribuído a ação da Câmara Municipal na dinamização da base económica, na valorização das infraestruturas e de outras condições que favorecem a instalação de empresas, de acordo com um plano estratégico de desenvolvimento que se tem consubstanciado numa acentuada evolução da base produtiva.

Paralelamente ao impulso na captação de investimento industrial para sectores de maior valor acrescentado, o Município de Cantanhede apostou na consolidação de um projeto verdadeiramente estruturante para o Concelho, para a Região e para o País: o Biocant Park, o primeiro parque de biotecnologia de Portugal, empreendimento pioneiro que está na vanguarda de atividades I&D no domínio das ciências da vida. Cerca de 30% das entidades e empresas do sector estão sedeadas neste pólo de *I&D* que reúne a excelência da investigação da Universidade de Coimbra e da Universidade de Aveiro no campo das ciências da vida.

**Muito bem. Entrando agora no património natural, gostaria que o sr. Presidente me dissesse se existem áreas classificadas na vertente ambiental no concelho? Se sim, quais e em que freguesias?**

A zona sudeste do concelho, nomeadamente a Tocha e a Praia da Tocha e estão abrangidas pela Rede Natura Nacional, instrumento de gestão territorial de concretização da política nacional de conservação da diversidade biológica, visando a salvaguarda e valorização dos sítios e das ZPE do território continental, bem como a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas. Na sua essência, é um instrumento muito importante para a gestão da biodiversidade.

**Considera então importante esta classificação e preservação das áreas naturais de elevado valor ambiental?**

É evidente que sim, pois ao impor restrições a qualquer tipo de intervenção relativamente à zona do concelho abrangida, favorece a preservação dos recursos naturais e o equilíbrio ecológico. Mas para além dessa área protegida, a Câmara Municipal e a Inova – Empresa Municipal, em articulação com as juntas de freguesia, fazem a monitorização dos espaços naturais de modo a garantir a sua proteção e, obviamente, realizam intervenções sempre que tal se justifica.

**Acha que estas áreas assumem ou podem assumir um papel importante no desenvolvimento do concelho?**

Preservar e valorizar áreas naturais é sempre um bom investimento do ponto de vista do desenvolvimento das comunidades, e é isso que o Município de Cantanhede tem vindo a fazer com ações integradas em áreas do território com reconhecido valor ambiental e paisagístico.

**E as existentes que não são classificadas? Vê alguma com potencial para contribuir para o desenvolvimento do concelho?**

Há algumas áreas naturais que pelas suas características naturais e paisagísticas que não estão classificadas do ponto de vista formal mas às quais, como já referi, o Município de Cantanhede garante todos os mecanismos de proteção e salvaguarda, no pressuposto de que se trata de um património valiosíssimo do ponto de vista do ordenamento do território e que é essencial para os padrões de qualidade de vida que a autarquia está empenhada em facultar aos cidadãos.

Correndo o risco de ser juiz em causa própria, direi que, no que diz respeito ao ambiente e à valorização do território, o Município de Cantanhede tem muitas e boas razões para ser apontado como exemplo. Posso referir a propósito as intervenções de fundo realizadas em algumas áreas naturais, a valorização das linhas de água, a recuperação de moinhos d'água e suas envolventes, sem esquecer os investimentos na requalificação dos espaços públicos, jardins e outros recintos em zonas urbanas, sempre com um enfoque muito grande nos espaços verdes.

Projetos emblemáticos são as praias fluviais do Olhos da Fervença e das Sete Fontes e dos seus recursos naturais existentes, ou o Parque de S. Mateus que está a consolidar-se para ser o verdadeiro pulmão da cidade de Cantanhede, mas há mais, como as lagoas Coadiçais, em Febres, ou do Montinho, e respetivas envolventes, entre outras.

**Considera que o património natural é usado, usufruído pela população local e por quem visita o concelho?**

Sem dúvida, nuns locais mais do que outros, naturalmente, mas a população desfruta dos espaços naturais do concelho que têm condições para isso e que de resto são

muitos, distribuídos por todo o território. De resto, tem-se acentuado bastante a tendência da prática de atividades ao ar livre e de contacto com a natureza e no concelho de Cantanhede esta tem sido uma realidade em franco crescimento.

**Qual a sua opinião sobre a existência de actividades que dinamizem o património natural?**

A dinamização do património natural como fator de atratividade das comunidades é fundamental numa perspetiva de desenvolvimento integrado. O Município de Cantanhede há muitos anos que atua em conformidade com essa perspetiva, através de ações orientadas para a valorização e sustentabilidade dos recursos e de ações concertadas em vários eixos de intervenção, um dos quais diz diretamente respeito ao reforço da identidade patrimonial e ambiental, aspetos que, como se sabe, são absolutamente determinantes ao nível da promoção turística.

O que se pretende é tirar o melhor partido possível dos recursos naturais e patrimoniais do concelho, explorando cada vez melhor o potencial que indiscutivelmente possuem, segundo uma lógica de diversificação da oferta, mas acautelando sempre as condições favoráveis à sustentabilidade ambiental e à biodiversidade.

**Ok. Gostava de lhe perguntar agora se entende que o concelho e as respetivas freguesias usam de forma proveitosa o seu património natural?**

As juntas de freguesia têm sido um parceiro fundamental na monitorização das zonas naturais, mas também nos processos de requalificação dessas zonas, setor em que o Município de Cantanhede tem investido significativamente nos últimos anos, precisamente na perspetiva de proporcionar às populações espaços de fruição e convívio social ativo. E isso tem vindo a acontecer cada vez mais.

**Ainda neste assunto, pode-nos dizer se as juntas de freguesia colaboram ou realizam atividades/projectos nas áreas de património natural existentes? Se sim, quais?**

Há muitos projetos e atividades desenvolvidas pelas juntas de freguesia e pelos agentes socioculturais locais que mobilizam as comunidades locais para a fruição desse património. Isso é recorrente, quer em atividades pedagógicas mais orientadas para as crianças quer outro tipo de iniciativas de carácter social em contextos naturais convidativos para esse efeito.

**Estes projectos/ iniciativas são dinamizados em parceria com as associações locais? Como avalia o trabalho desenvolvido em parceria, entre a Câmara ou as Juntas de freguesia e as outras entidades locais?**

Para além das ações que a Câmara Municipal desencadeia neste campo, através dos seus próprios serviços, de um modo geral a autarquia concede apoios às juntas de freguesia e às associações para a realização de atividades que elas próprias promovem.

**A população participa nas atividades desenvolvidas? Que estratégias são utilizadas para promover a participação da população?**

No que diz respeito ao município, passa muito pela mobilização da população escolar. Durante todo o ano há imensas atividades, por exemplo no âmbito da semana do ambiente ou da semana da floresta, entre outras iniciativas que promovem o contacto de crianças e jovens com o ambiente natural e a biodiversidade com atividades lúdicas e pedagógicas.

Recordo a propósito que o Município de Cantanhede tem vindo a ser distinguido desde há cerca de 10 anos consecutivos com a Bandeira ECO XXI, que distingue as autarquias com boas práticas no domínio da sustentabilidade ambiental.

**Para finalizar, considera que poderiam haver actividades ou projetos de valorização e preservação do património natural conjuntos entre as freguesias do concelho e a Câmara? E ainda freguesias limítrofes de outros concelhos?**

Neste como noutros domínios, é sempre possível fazer mais e melhor, o que de resto a Câmara Municipal e as juntas de freguesia têm procurado fazer, com base no reconhecimento de que esta é uma área a que os cidadãos e as comunidades atribuem

cada vez maior importância. Em todo o caso, é preciso dizer que, embora os recursos financeiros sejam sempre escassos para o que são as nossas ambições neste campo, temos investido muito e bem neste setor.

**Muito bem senhor presidente. Há alguma coisa que não fosse falada que gostasse de acrescentar?**

Não. Estava uma entrevista bem estruturada e penso que falámos nos assuntos essenciais.

**Muito bem. Agradeço-lhe então mais uma vez. Muito obrigado.**

De nada. Sempre ao dispor.

APÊNDICE V



